



PUC
RIO

PIBIC 05/06

Nome do Departamento: Instituto de Relações Internacionais

Nome do(a) Aluno(a): *Mariana Oliveira do Nascimento*

Nome do(a) Orientador(a): Mônica Herz

Título do Projeto: “*As Normas do Sistema de Segurança Latino Americano.*”



Relatório Final

Projeto: As Normas do sistema de Segurança Latino Americano

Professora: Mônica Herz

Aluna: Mariana Nascimento

Pontifícia Universidade Católica
Instituto de Relações Internacionais
Graduação em Relações Internacionais
Programa de Iniciação Científica

**Medidas de Confiança Mútua na América Latina:
A Cooperação Nuclear entre Brasil e Argentina – O papel da ABACC**

As relações entre Brasil e Argentina foram marcadas por décadas de rivalidade. A disputa pela bacia do Prata, por tecnologia nuclear e, conseqüentemente, por um posicionamento mais influente no cenário internacional, colocava esses países em lados opostos.

Entretanto, as últimas décadas demonstraram uma ampla cooperação entre esses, principalmente no setor de não proliferação nuclear, culminando em um acordo bilateral de não proliferação que resultou na criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – ABACC. Brasil e Argentina, que inicialmente discordavam do regime de não proliferação internacional, alcançaram um dos regimes de segurança mais duráveis do sistema internacional, criando a única organização binacional de salvaguardas nucleares existente no mundo e a primeira organização binacional criada pela Argentina e pelo Brasil.

A finalidade principal dessa agência é garantir à Argentina, ao Brasil e à comunidade internacional que todos os materiais nucleares são utilizados com fins pacíficos, sendo seu processo de criação e bem como o seu funcionamento de extrema importância para o campo das Relações Internacionais.

O objetivo desse trabalho será analisar as motivações que levam países a desistir da competição nuclear e as conseqüências de se integrar um regime de não proliferação. A maior parte da literatura, que tem como foco a reaproximação entre Brasil e Argentina, baseia-se na mudança de regime político como fator importante para reformulação da política externa. Além disso, cabe ressaltar que a segurança mútua garantiria aos países a redução das tensões geradas pelos programas nucleares, permitindo que recursos destinados à área de defesa pudessem ser remanejados à outras áreas de importância estratégica.

Diante dessas mudanças e interesses, buscarei demonstrar como os acontecimentos da Guerra Fria, como a crise dos mísseis cubanos, o acordo de Tlatelolco, a guerra das Malvinas, o tratado de não proliferação nuclear, entre outros, foram fatores que influenciaram a construção do relacionamento entre os dois países em questão. Nesse

sentido, destaca-se a relevância das pressões externas na elaboração tanto da política internacional como da política doméstica de cada país, lembrando o papel desempenhado pela Agência Internacional de Energia Atômica(AIEA) e pelos Estados Unidos no desenvolvimento do sistema de segurança latino- americano.

É relevante notar a importância do processo de democratização como fator determinante para a cooperação na área de segurança e na área econômica. Será abordado o relacionamento entre Brasil e Argentina, demonstrando a construção do processo de confiança mútua a partir da “tomada de consciência por parte de ambos os governos de que a melhor maneira de enfrentar os problemas comuns era abandonar as históricas desavenças e perseguir juntos alternativas viáveis de desenvolvimento” (Myamamoto,Shiguenoli. 1993).

Pretende-se discutir o desenvolvimento da Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, evidenciando como essa iniciativa seria uma representação da vontade política de ambos os países de dar transparência aos seus programas nucleares, criando um ambiente de confiança mútua que permita enfrentar novos desafios tecnológicos, colaborando construtivamente com as políticas de não proliferação as quais os dois países aderiram no âmbito internacional.

O acordo entre Brasil e Argentina demonstra que a lógica realista de contínua competição e busca por ganhos relativos nem sempre pode ser utilizada, evidenciando que muitas vezes é a cooperação que guiará os estados aos seus fins. A Agência de Controle criada por Brasil e Argentina é a manifestação de uma cooperação bilateral influenciada por fatores políticos, econômicos e militares em sua criação, manutenção e na operação de seus mecanismos. É um regime internacional como o definido por Stephen Krasner, baseado em “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em que as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das Relações Internacionais” (Krasner, 1983, p.1). Dessa forma, a cooperação entre Brasil e Argentina será explicada à luz da teoria de regimes internacionais, demonstrando que o comportamento dos Estados é norteado pela busca de resultados comuns em harmonia com os objetivos e crenças compartilhadas que estão especificadas nos princípios do regime.

- **Índice Provisório**

1) Introdução

2) Arcabouço Teórico e Metodologia

3) Regime de Não Proliferação Internacional

3.1) O Regime de Não Proliferação Nuclear

3.2) A América Latina da crise dos mísseis até Tlatelolco

3.3) Brasil e Argentina e o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)

4) Medidas de Confiança Mútua

4.1) Sistema de Segurança Regional

4.2) Relações Bilaterais Brasil e Argentina

5) O processo de construção da ABACC

5.1) Motivação dos países para desistir da competição nuclear

5.2) Conseqüências ao integrar regime de não proliferação

6) Conclusão

- **Bibliografia**

- BARLETTA, Michael. **Democratic security and Diversionary Peace: Nuclear Confidence.** Building in Argentina and Brazil
- CERVO, Amado Luiz **Historia da Política Exterior do Brasil . 2. ed. –** Brasília: Editora Universidade de Brasília
- CORREA,Luis Felipe de Seixas. **Crescimento, Modernização e Política Externa.**
- COSTA, Thomaz Guedes. **Latin America and the New Challenges for a New International Security Regime in the Post Cold War Period – Regional Mechanisms and International Security in Latin América.** The United Nations University,1998.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 11ª Edição, São Paulo, Editora Perspectiva, 1977
- GRIFFITH, Ivelaw. **Security Collaboration and Confidence Building in the Americas – International security and Democracy: Latin America and the Caribbean in the post cold war era.** Edited by Jorge Dominguez, 1998.
- HASENCLEVER, Andreas. **Theories of International Regimes/** Andreas Hanseclever, Peter Mayer, Volker Rittberger. 1997, Cambridge Studies in International Relations.
- KING, Gary, Keohane, Robert e Verba, Sidney. **Designing Social Inquiry. Scientific Inference in Qualitative Research.** Princeton, NJ, Princeton University Press, 1994
- KRASNER, Stephen D., Ed., 1993, **International Regimes,** Ithaca: Cornell University Press, 1983
- LAMAZIÉRE, Georges. **Ordem, Hegemonia e Transgressão.** Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. **A política externa do governo FHC: continuidade e renovação.** Revista Brasileira de politica internacional, ano 41, nº2, pág 5 a 17, 1998

- MONTEREY INSTITUTE OF INTERNATIONAL STUDIES – Inventory of International Nonproliferation organizations and regimes – 2000.
- MYAMOTO, Shiguenoli. **Os militares na política externa brasileira:1964-1984**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.6, n.12, 1993
- MYAMOTO, Shiguenoli. A Política de Defesa Brasileira e a segurança Regional - **Contexto Internacional**, volume 22, nº 2, pág 431 a 437., 2000.
- OLIVEIRA, Odete Maria de . **Os descaminhos do Brasil Nuclear** . Ed Unijuí, 1999.
- PINHEIRO, Leticia de Abreu. **Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Leticia Pinheiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004
- PROGRAMME FOR PROMOTING NUCLEAR NON PROLIFERATION. **The evolution of the nuclear non-proliferation regime** . 6ª Edição , 2000.
- SANTOS, João Resende. **The origins of Security Cooperation in the Southern Cone**
- SOARES DE LIMA, Maria Regina. **The political Economy or Brazilian Foreign Policy – Nuclear Energy, Trade and Itaipu**.
- T.V, Paul . Systemic Conditions and security Cooperation: Explaning the persistence of the nuclear non-proliferation regime. In. **Cambridge Review of International Affairs**, Volume 16, Number 1, 2003.
- WROBEL, Paulo. O Brasil e o TNP: resistência a mudança?. In: **Contexto Internacional**, volume 18, nº 1, pág 143 a 156 ., 1996
- WROBEL, Paulo; John R. Redick, Julio C.Carsales. **Nuclear Rapprochement: Argentina, Brasil, and the Nonproliferation Regime**.

Capítulo 3 Regime de Não-Proliferação Nuclear

- Introdução.

O regime de não-proliferação nuclear vem se desenvolvendo desde o final da 2ª guerra mundial, após os desastres causados pelos bombardeios atômicos efetuados pelos Estados Unidos contra o Japão, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. O potencial de destruição

desse tipo de armamento que surgia na década de 40, provocou grande preocupação na comunidade internacional e principalmente nos Estados Unidos. Por ser, até então, o único possuidor de tal tecnologia, esse país buscou, no final dos anos 40, elaborar documentos para garantir que as armas nucleares não fossem desenvolvidas por outros países e, assim, evitar suscetibilidade a esse tipo de ataque.

Do final da década de 40 até os dias de hoje, foram implementadas inúmeras medidas para conter a proliferação nuclear. Diversos acordos e tratados bilaterais, regionais e multilaterais, foram assinados desde então, como forma de solucionar essa questão, motivo de desconfiança, medo e conflitos entre os Estados. Sendo assim, o regime de não-proliferação nuclear surge como um meio de controlar os efeitos que a posse de tecnologia nuclear promove, criando um sistema de regras e procedimentos para regular o comportamento dos Estados e evitar possíveis conflitos.

- Mecanismos de controle nuclear.

As primeiras propostas para o controle de materiais nucleares foram realizadas pelos Estados Unidos a partir da criação da Comissão de Energia Atômica (CEA), em 24 de janeiro de 1946, e da apresentação do Plano Baruch, em 14 de junho de 1946. A CEA tinha como objetivo controlar o “uso da energia atômica, de maneira a assegurar o seu emprego exclusivo para fins militares e a eliminação das armas atômicas e de todos os armamentos que possam ser empregados para a destruição em massa” (Oliveira, 1998, p. 49), além de inspecionar os Estados para garantir o cumprimento dessas medidas. Nesse sentido, o plano Baruch surge como uma proposta de criação de uma autoridade internacional que pudesse controlar as atividades nucleares em todo o mundo. Os Estados “só teriam controle de atividades civis seguras, mas a autoridade estaria imbuída de poder para controlar, inspecionar e licenciar essas atividades nacionais” (Soares de Lima, p. 66). Ademais, a proposta americana ainda falava na impossibilidade de uso do poder de veto no Conselho de Segurança, para impedir que medidas contra países violadores fossem implementadas.

O plano Baruch não seguiu adiante devido às diferenças entre os EUA e a União Soviética. A URSS acreditava que o plano pretendia controlar o acesso às armas nucleares e manter o monopólio americano, e discordava totalmente da idéia de acabar com o poder

de veto e de um controle internacional sobre todas as fases das atividades nucleares. Afirmava, ainda, que tal proposta era uma violação da soberania estatal e que causava “interferência na vida interna dos Estados” (Soares de Lima, p. 69). Enquanto negociava o plano, os EUA incluíam em sua legislação o McMahon Act, que determinava severas restrições à cooperação nuclear, enquanto não fossem criadas salvaguardas internacionais contra o uso da energia atômica para fins bélicos.

Em junho de 1946, a União Soviética apresentou como substituto do plano Baruch, o plano Gromyko, que propunha a proscricção de bombas atômicas e a destruição das existentes. Da mesma forma que o Baruch, o plano Gromyko não foi aceito, uma vez que os Estados Unidos não estavam dispostos a abrir mão de seu potencial nuclear. Em 1952, a Comissão para Energia Atômica foi desfeita e, em seu lugar, foi criada a Comissão de Desarmamento, que cobria todas as questões sobre controle de armamentos, desarmamento, e negociações de acordos multilaterais.

Em 1949, a União Soviética passou a configurar como uma superpotência nuclear, tendo realizado sua primeira explosão nuclear. O novo status dos soviéticos fez com que a postura norte-americana fosse alterada, adaptando-se à existência de mais um país nuclear, sabendo que a partir de então as posições sobre a não-proliferação deveriam ser conciliadas. Pouco tempo depois, o Reino Unido juntou-se ao clube atômico. Em dezembro de 1953, o presidente Eisenhower propôs o programa Átomos para a Paz que “previa uma forma mais branda de controle do que o plano Baruch, sem exigir aceitação incondicional de um regime internacional de salvaguardas” (Lamazière, 1998, p. 52). Esse programa determinava a cooperação nuclear americana para fins pacíficos, desde que os países aceitassem um sistema de salvaguardas internacional.

As proposições do programa dos Átomos para a Paz foram determinantes nas discussões sobre a criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em 1954 e 55, até o seu estabelecimento em junho de 1957. “As negociações da AIEA demonstravam que os EUA não pretendiam proceder de maneira unilateral com os Átomos para Paz” (Soares de Lima, p. 80). Como ressalta Soares de Lima, essa demonstração de colaboração não passava de uma estratégia norte-americana de conseguir que as outras potências nucleares aderissem ao regime de não-proliferação, única forma de torná-lo realmente eficaz. Assim, a AIEA é criada com a função de encorajar e ajudar nas pesquisas,

desenvolvimento e aplicações práticas para o uso de energia atômica com fins pacíficos no mundo, além de estabelecer e administrar as salvaguardas. Dessa forma, a agência surge como forma de garantir que as atividades por ela assistidas não seriam usadas para nenhum fim militar e que a aplicação de salvaguardas em situações especiais só seriam realizadas quando fossem requeridas pelos Estados-membros. O estatuto da AIEA foi adotado em dezembro de 1956, pelo voto unânime de todos os membros das Nações Unidas.

- Os Tratados de Roma e Tlatelolco

O regime nuclear também foi constituído a partir de esforços regionais realizados para normatizar a proibição de armas nucleares com fins militares. Sendo assim, é de suma relevância ressaltar a iniciativa européia, latino americana e caribenha de criação de mecanismos para proscrição de armas nucleares com fins bélicos, sendo eles, respectivamente, a Euratom, estabelecida em janeiro de 1958, e o Tratado de Tlatelolco que passou a vigorar em abril de 1967.

A Euratom foi criada pela comunidade européia (CE) como forma de coordenar o desenvolvimento de energia nuclear dentro da CE e de “implementar um regime de salvaguardas regional para garantir que os materiais nucleares não estão sendo desviados para fins que não aqueles pretendidos e para garantir a conformidade com obrigações de salvaguardas garantidas pela Euratom” (Monterey Institute of International Affairs, 2000, p. 69). O sistema de salvaguardas da Euratom inclui todas as atividades civis de energia nuclear, inclusive os da França e do Reino Unido, mas excluindo os programas nucleares militares desses dois países, da cobertura das salvaguardas.

O Tratado de Tlatelolco foi assinado por todos os países da América Latina e do Caribe e entrou em vigor em 1967. O Tratado obriga as partes a usar todos o seu material nuclear e suas facilidades em seus territórios exclusivamente para fins pacíficos, proibindo testes, uso, manufatura, produção ou aquisição de qualquer tipo de arma nuclear como também a recepção, armazenamento, instalação, colocação ou qualquer forma de posse de arma nuclear. O Tratado também inclui acordos com a AIEA para a verificação das atividades nucleares dos Estados-parte, tendo criado uma agência própria, a Opanal, para controlar os programas nucleares dos países-membros. O Tratado de Tlatelolco ainda possui dois

protocolos adicionais para incluir os países detentores de armas nucleares e os países que possuem territórios sob sua responsabilidade, de forma a garantir o cumprimento dos termos do acordo.

- O Tratado de Moscou

Outra contribuição para o regime de não proliferação nuclear foi o Tratado de Moscou ou de proscrição das experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água, que entrou em vigor em outubro de 1963. Contudo, o acordo não proibia as experiências nucleares subterrâneas, permitindo que países mais desenvolvidos nuclearmente continuassem a desenvolver os seus programas. “Ao excluir da proibição os testes subterrâneos, tornou-se na prática um Tratado de não proliferação por inibir apenas os Estados que ainda engatinhavam na área” (Lamazière, 1998, p. 53). Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido podiam abrir mão de experiências nucleares na atmosfera, águas ou espaço exterior, continuando a realizar testes subterrâneos, mais complexos e onerosos, necessários para sofisticação do armamento nuclear. Alguns países, a exemplo da França que tinha acabado de ser declarada potência nuclear, recusaram-se a assiná-lo, por acreditarem que tal Tratado era uma tentativa de congelar o desenvolvimento nuclear.

- Tratado de Não Proliferação Nuclear – TNP

As negociações sobre um Tratado de não-proliferação nuclear iniciaram em 1958, quando a Irlanda apresentou à Assembléia Geral das Nações Unidas sua preocupação sobre a difusão de armamentos nucleares. Em 1961, a Assembléia Geral adotou a resolução irlandesa e as discussões sobre a prevenção da disseminação de armas nucleares passaram ao centro das atenções da organização. Depois dessa resolução, outros dois projetos de não-proliferação foram apresentados à ONU e, posteriormente, transformados em resolução.

Entretanto, as divergências entre EUA e URSS impediam que uma resolução de maior abrangência, com a adesão das potências nucleares, fosse assinada. A vontade americana de criar uma aliança militar nuclear multilateral, através da OTAN, com a transferência de energia nuclear e com a participação da Alemanha Ocidental, gerava

discordância entre as duas potências. A União Soviética opunha-se a qualquer resolução que não incluísse aquele país no Tratado de proscrição. Enquanto os dois países não resolviam as suas questões de segurança na Europa, pouco progresso foi alcançado na negociação do tratado.

Quando França e China emergiram como potências nucleares, a viabilidade de um acordo sobre não-proliferação nuclear aumentou, já que as negociações não estariam só dependentes de dois Estados com interesses ao mesmo tempo divergentes e competitivos. Nesse sentido, “EUA e URSS decidem cooperar pois isso lhes garantiria que o objetivo maior, evitar a proliferação de novos Estados nucleares, seria alcançado. A não-cooperação desses dois países aumentaria as chances de surgirem novos Estados nucleares e, assim, também aumentaria a vulnerabilidade dos dois” (Soares de Lima, p. 73). Além disso, o entendimento soviético de que a Alemanha assinaria o tratado, possibilitou maior abertura para o diálogo. Como consequência, em agosto de 1967, foi apresentado um projeto conjunto de não proliferação EUA-URSS. Este projeto foi rejeitado por vários países.

O principal ponto de divergência na proposta das superpotências estava nas responsabilidades designadas para os Estados possuidores de armas nucleares (Nuclear Weapon States, NWS) e para os não possuidores (Non Nuclear Weapon States, NNWS). Enquanto os primeiros tinham como obrigação não transferir tecnologia nuclear a países não possuidores da mesma, os outros deveriam passar por vistorias e estavam proibidos de adquirir armas nucleares. Os NNWS desejavam incluir no texto do Tratado questões que envolvessem desarmamento. Além de falar sobre a proibição de aquisição de armas nucleares, esses Estados desejavam que também fossem abordadas questões como o fim da produção de armamentos e a redução dos arsenais, além de estarem preocupados com sua vulnerabilidade em um possível ataque nuclear e com o atraso que tal acordo poderia provocar no desenvolvimento nuclear desses países, considerando seu uso pacífico.

Negociações foram feitas para adequar o Tratado às preocupações dos NNWS. No entanto, os NWS não estavam de acordo com a redução de seus arsenais e nem com a transferência de tecnologia nuclear para fins pacíficos. O texto foi reescrito de forma a inserir a questão do uso pacífico de energia atômica, permitindo que esses países tivessem acesso à tecnologia nuclear, materiais e equipamentos, além do acesso às explosões

benéficas, que permitissem executar obras de engenharia, interligar bacias fluviais, abrir canais e portos, entre outros. Todas essas ações sob um forte sistema de vistorias, que garantiria que a tecnologia não seria desviada para fins militares. Além disso, em relação à preocupação de ataques nucleares, o Tratado incluiria um artigo que afirmava que “um ataque nuclear contra um país não-nuclear resultaria na ação imediata do Conselho de Segurança e de todos os seus membros nucleares”(Soares de Lima, p. 91). Contudo, o Tratado continuava sem estabelecer qualquer comprometimento adicional por parte dos países nucleares, além daqueles que estavam contidos na Carta da Onu. Como constata Odete de Oliveira:

“O mundo se divide em Estados nucleares, que têm a bomba e não têm obrigações e Estados não nucleares, que não têm a bomba, mas têm obrigações. (...) o TNP pretendia consolidar a manutenção do *status quo* dos países detentores de força atômica, utilizando, para tanto, apenas um critério de classificação, meramente fixado em torno de uma data imposta no TNP: primeiro de janeiro de 1967”(Oliveira, 1998, p. 67)

Em junho de 1968, foi aprovada na Assembléia Geral da ONU, por 95 votos a favor e 21 abstenções, a resolução sobre o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Em seguida, a resolução foi adotada pelo Conselho de Segurança e aprovada por 10 votos afirmativos e 5 abstenções. Em julho de 1968, o Tratado foi aberto para assinatura e passou a vigorar em março de 1970. O Tratado determinava que “os Estados detentores de armas nucleares tinham como obrigações não transferir para qualquer receptor armas nucleares, ou qualquer outro tipo de explosivos nucleares, e não auxiliar, encorajar ou induzir qualquer país não-possuidor de armas nucleares a fabricar ou adquirir tais armamentos. Para os países não-possuidores de armas nucleares, o Tratado determinava que não poderiam receber quaisquer armas ou material nuclear de qualquer país com capacidade de transferência e não fabricar ou adquirir tais armamentos”(PPNN, 2000). Além disso, o TNP ainda obrigava os países não-nucleares a colocar todos os seu programas nucleares sob as salvaguardas da AIEA.

Apesar da assinatura do tratado, as divergências quanto ao seu caráter discriminatório ainda existiam, o que resultou na negação de diversos países de aderir ao TNP. As diversas obrigações e o controle que países não-nucleares estavam sujeitos, em contraposição às mínimas exigências feitas aos países não nucleares, ainda eram a causa para a rejeição do TNP.

Países como África do Sul, Argentina, Brasil, Índia, Israel e Paquistão recusaram-se a assinar o TNP, defendendo que essa era mais uma forma das grandes potências de garantir a sua superioridade, tanto em questões militares, quanto em questões econômicas. Esses países acreditavam que deveria constar no texto do Tratado um artigo que exigisse a redução dos arsenais por parte dos países nucleares.

A desigualdade do Tratado ficava evidente quando países como Estados Unidos e França promoviam testes nucleares, enquanto os não nucleares deveriam abdicar de suas pretensões de armamentos e sujeitar os seus programas nucleares pacíficos às salvaguardas da AIEA. O Tratado seria, então, contraditório, uma vez que afirma “o princípio do uso pacífico da energia nuclear, mas priva os não-nucleares de fazerem experiências para fins pacíficos e de propiciarem o avanço de tal tecnologia. Os nucleares, ao contrário, são duplamente contemplados: continuarão a fazer as suas explosões bélicas e farão também as experiências pacíficas dos não-nucleares”(Oliveira, 1998, p. 70).

A adesão de países não-nucleares só foi garantida através de um dos artigos do Tratado que garantia que, em troca da não produção de armas nucleares e da abertura para um sistema de verificações, os NNWS poderiam ter total acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos, contando com a cooperação dos NWS. Joseph Nye argumenta que “a maioria dos Estados pequenos estão predispostos a aceitar uma desigualdade porque a igualdade anárquica parece ser mais perigosa”(Nye, 1985, p.130). Os custos para os países pequenos de ingressar nesse tipo de regime seriam menores do que ficar fora dele. Entretanto, nas conferências para verificação, esses países ainda buscavam a inclusão de cláusulas que freassem a corrida armamentista dos países nucleares.

Destaca-se que os países-não signatários do TNP estavam livres de qualquer cláusula do acordo e não estavam sujeitos a qualquer tipo de sanção ou restrição por não aderirem ao tratado. Sendo assim, os países não-signatários poderiam desfrutar do uso da tecnologia pacífica e de sua transferência por parte de países nucleares, uma vez que fora do acordo

isso não significaria violação. Dessa forma, além de desfrutarem dos artigos da Carta da ONU, que admite que a agressão contra um membro das Nações Unidas será considerada como agressão a todos e é válido para todos os países da organização, e não apenas os signatários do TNP, ainda, gozavam de mecanismos de defesa mútua garantidos por acordos regionais.

Soares de Lima destaca que:

“os problemas de segurança dos países não nucleares não eram tão urgentes e imponderáveis como esses eram para os países nucleares (...) Os países não signatários poderiam ser considerados caronas do TNP porque eles podem usufruir do bem coletivo fornecido pelo regime, sem ter que incorrer em qualquer dos custos associados com a adesão ao regime: renúncia das armas nucleares e conformidade com o princípio de salvaguardas”(Soares de Lima, p. 100).

Sendo assim, o Tratado de não-proliferação nuclear pode ser considerado como totalmente discriminatório, com os países não nucleares e signatários ficando em posição ainda mais marginal no regime de não-proliferação nuclear.

Anos mais tarde, nas conferências de revisão do TNP, os casos do Oriente Médio- com Israel sendo não signatário e possuidor de armas nucleares -, do Sudeste Asiático, com Índia e Paquistão como Estados nucleares e também não signatários- e da Coreia do Norte, também com o mesmo status dos outros três, passam a ser discutidos. Questões como a impossibilidade de a AIEA entrar nesses países e a preocupação com a realização de testes nucleares por parte deles passam a ser consideradas.

- Conferências de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear

As conferências para revisão do TNP buscavam a resolução dos problemas e brechas que existiam no tratado. A primeira conferência de revisão, em 1975, foi marcada pela preocupação com a corrida armamentista, que continuava sem qualquer tipo de mecanismo

de controle. Além disso, discutia-se o banimento de qualquer tipo de teste nuclear e ainda a extensão das salvaguardas para todos os países, incluindo os não-signatários.

Os testes nucleares realizados pela Índia em 1974 fizeram com que os Estados Unidos adotassem uma política mais incisiva quanto à transferência de tecnologia para países não nucleares. Foi adotada uma lei interna, em 1978, que proibia a exportação de qualquer tipo de material nuclear sensível a países não-nucleares. Essa medida unilateral não foi bem vista pelos demais países detentores de tecnologia nuclear que possuíam interesses econômicos nas exportações.

A segunda conferência de revisão do TNP, realizada em 1980, concentrou-se na “aceitação universal do TNP, no crescente perigo da disseminação de armas nucleares, e o progresso (ou a falta dele) para o desarmamento nuclear”(PPNN,2000, p. 26). A conferência terminou sem chegar a um consenso sobre uma declaração final. As divergências entre os países nucleares e os não-nucleares sobre medidas a serem implementadas para o desarmamento, proibição de testes nucleares e a garantia do fornecimento a países em desenvolvimento de reais condições para desenvolverem a energia nuclear para fins pacíficos resultaram na cristalização das negociações.

A terceira conferência do TNP, realizada em 1985 conseguiu elaborar um documento final que tratava da continuidade dos países na corrida armamentista, dos testes nucleares e da ineficácia do Tratado em combater essas atitudes. A conferência ressaltava o cumprimento do artigo 6 do Tratado que determinava que as potências nucleares deveriam cessar a corrida armamentista e promover o desarmamento.

A quarta conferência para revisão do TNP, realizada em 1990, também ressaltava o cumprimento do artigo 6 do Tratado e a proibição de testes nucleares, mas terminou sem qualquer documento final por conta de divergências entre os países nucleares e os países não-alinhados.

Realizada em 1995, a quinta conferência para revisão do TNP, embora não tenha chegado a um documento final devido às divergências citadas anteriormente, conseguiu elaborar um programa de ação para o desarmamento, além de decidir que o Tratado permaneceria em vigor por tempo indeterminado. Esse documento reiterava que o principal objetivo do TNP era a completa eliminação das armas nucleares, determinando o

cumprimento por parte dos países nucleares do artigo 6 do Tratado e negociações para a proibição de testes nucleares.

Em 1996, foi assinado o Tratado para Proibição de Testes Nucleares (CTBT), que bania qualquer teste de armas nucleares ou qualquer outra explosão nuclear.

Essa conferência também visava à resolução do conflito do Oriente Médio, clamando pelo desarmamento de países não-signatários e detentores de armas nucleares, como Israel. Contudo, os testes nucleares realizados por Índia e Paquistão, pouco tempo após a conferência, “anunciaram em diversos aspectos as dificuldades do regime de não-proliferação”(Delpech, 2002, p. 10).

▪ Conclusão

A conferência de 1995 demonstrou que o futuro do regime de não-proliferação nuclear ainda depende da vontade dos Estado detentores de armas nucleares de cooperar. Os acontecimentos da década de 90 e do início do século 21 demonstram a fragilidade do TNP, que ainda está buscando a universalização do tratado, o cumprimento de suas prescrições pelos Estados partes e o desarmamento nuclear. A década de 90 mostrou com os testes nucleares de Índia e Paquistão, com a desobediência do Iraque às resoluções da ONU, com a falta de cooperação da Coreia do Norte, com a continuidade e com o aumento do programa nuclear bélico de Israel, que o Tratado de proliferação nuclear ainda tem inúmeros desafios a enfrentar.

O regime de não-proliferação nuclear tem falhas e os inúmeros pedidos para revisão do texto do tratado, como exemplificado acima, foram feitos. Essas revisões, no entanto, sempre esbarram nos interesses dos países detentores de armamentos nucleares que não desejam que sua influência no cenário internacional seja diminuída. De acordo com o secretário geral da ONU, Koffi Anan : “o regime atual não seguiu o ritmo da tecnologia e da globalização e vários acontecimentos nesses últimos anos ameaçam torná-lo obsoleto”. O Tratado ficou abalado com a descoberta de muitos programas nucleares clandestinos e de um mercado negro de material atômico. É, portanto, de fundamental importância que revisões e atualizações sejam feitas no TNP no sentido de reavaliar

posições, corrigir distorções e eliminar as brechas que dificultam o entendimento entre países no mundo pós guerra fria.

Os atentados terroristas de 2001, inauguraram uma nova fase do regime de não-proliferação nuclear, baseado em ações unilaterais por parte dos Estados Unidos. O 11 de setembro e o contínuo crescimento do sentimento antiamericanista, levaram os Estados Unidos a adotar uma postura muito mais interventora contra os Estados que seriam promotores do terrorismo. Países como o Irã, o Iraque e a Coreia do Norte foram considerados como ameaça e caracterizados como “Eixo do Mal.

A invasão do Iraque em 2003 pelos Estados Unidos, decisão que foi de encontro à resolução do Conselho de Segurança e ignorou as inspeções e as declarações da AIEA, caracterizou a fragilidade dessas organizações internacionais, cujos papéis passaram a ser reavaliados. O rechaço da comunidade internacional à atitude americana mostrou, por outro lado, que diferentemente da postura adotada pelos americanos, as decisões multilaterais ainda são vistas, pela maioria, como a melhor forma de obter êxito em programas como o de não-proliferação nuclear.

No entanto, a impossibilidade de alcançar consenso sobre o desarmamento demonstra que o regime de não proliferação nuclear ainda não alcançou a sua plena eficácia. A existência de programas nucleares clandestinos, como o do Irã, comprova esta afirmativa.

▪ Bibliografia

Delpech, Therese – The NPT, Multilateralism and security in the XXIstCentury – In: Clio Working Papers, 2002.

Lamazière, Georges – Ordem, Hegemonia e Transgressão – Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos

Monterey Institute of International Studies – Inventory of International Nonproliferation organizations and regimes – 2000.

Oliveira, Odete Maria de – Os descaminhos do Brasil Nuclear – Ed Unijuí, 1999.

Programme for promoting nuclear non proliferation – The evolution of the nuclear non-proliferation regime – 6ª Edição, 2000.

Soares de Lima, Maria Regina – The political Economy or Brazilian Foreign Policy – Nuclear Energy, Trade and Itaipu.

T.V, Paul – Systemic Conditions and security Cooperation: Explaining the persistence of the nuclear non-proliferation regime – In. Cambridge Review of International Affairs, Volume 16, Number 1, 2003.

II- Bibliografia Pesquisada

- Colômbia

1.Criminal Rebels? A Discussion of Civil War and Criminality from the Colombian Experience

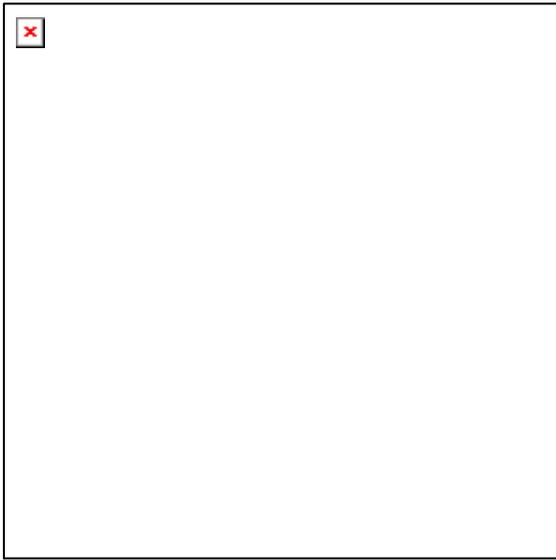
Authors: Francisco Gutiérrez Sanín

Source: [Politics & Society, Volume 32, Number 2 \(June 01, 2004\)](#)

2. Illegal Drugs in Colombia: From Illegal Economic Boom to Social Crisis

Authors: F.E. Thoumi

Source: [The Annals of the American Academy of Political and Social Science, Volume 582, Number 1 \(July 1, 2002\)](#)



3. The Legend of the Bush Gang:

Imperialism, War, and Propaganda

Authors: Peter McLaren, Gregory Martin

Source: [Cultural Studies <=> Critical Methodologies](#), [Volume 4, Number 3 \(August 01, 2004\)](#)

Page Numbers: 281 - 303

- **Regional Security**

1. Middle East denuclearization? Lessons from Latin America's Southern Cone

Authors: ETEL SOLINGEN

Source: [Review of International Studies](#), [Volume 27, Number 3 \(July 2001\)](#)

Page Numbers: 375 - 394

2. Security Challenges in Latin America

Authors: Rut Diamint

Source: [Bulletin of Latin American Research](#), [Volume 23, Number 1 \(January 01, 2004\)](#)

3. The Idea and Practice of Conflict Prevention

Authors: ALICE ACKERMANN

Source: [Journal of Peace Research, Volume 40, Number 3 \(May 01, 2003\)](#)

4. Protecting Colombian Refugees in the Andean Region: The Fight against Invisibility

Authors: Martin Gottwald

Source: [International Journal of Refugee Law, Volume 16, Number 4 \(December 2004\)](#)

- **Latin America Security**

1. Community Versus Deterrence: Managing Security and Nuclear Proliferation in Latin America and South Asia

Authors: Simon J. Davies

Source: [International Relations, Volume 18, Number 1 \(March 01, 2004\)](#)

2. Assessing Pension System Reforms in Latin America

Authors: Carlos Ochando Claramunt

Source: [International Social Security Review, Volume 57, Number 2 \(April 2004\)](#)

3. Providing social security in a context of change: Experience and challenges in Latin America

Authors: F.M. Bertranou, R. Rofman

Source: [International Social Security Review, Volume 55, Number 1 \(2002\)](#)

- **Non proliferation**

1. Systemic Conditions and Security Cooperation: Explaining the Persistence of the Nuclear Non-proliferation Regime¹

Authors: T. V. Paul

Source: [Cambridge Review of International Affairs, Volume 16, Number 1 \(April 2003\)](#)

2. How to Strengthen the Non-Proliferation Treaty

Authors: Mohamed Elbaradei

Source: [New Perspectives Quarterly](#), [Volume 21, Number 2 \(March 2004\)](#)

3. The new warfare and cooperative international security

Authors: John King

Source: [Foresight](#), [Volume 6, Number 4 \(April 2004\)](#)

4. NPT Reviews Conference 2000: What Lies In Store?

Authors: Manpreet Sethi

5. Accounting for the Past in the Future of Multilateral Arms Control

Authors: John Tirman - June 14, 2003

Source: Social Science Research Council

6. Center for Non Proliferation Studies – Non proliferation Regime

Volume XXI, Number 2, Summer 2005

7. Prospect of a Nuclear Weapons Free World: Clutching at Straws in the Wind

Authors: Manpreet Sethi

Source: [Center for Nonproliferation Studies - The Nonproliferation Review](#) [Volume V,](#)
[Number 3/Spring-Summer 1998](#)

8. On Proliferation Watch: Some Reflections on the Past Quarter Century

Authors: Lewis Dunn

9. The Nuclear Disarmament Agenda and the Future of the NPT

Authors: Mark Moher

10. Implementation of No First Use of Nuclear Weapons Strategy/Agreements

Authors: Hugh Beach

Source:- Pugwash Conferences on Science and World Affairs

- **Nuclear Weapons**

1.The Correlates of Nuclear Proliferation: A Quantitative Test

Authors: Sonali Singh, Christopher R. Way

Source: Journal of Conflict Resolution, Volume 48, Number 6 (December 2004)

2. Nuclear Weapons as Obstacles to International Security

Authors: *M.Hanson*

Source: International Relations, Volume 16, Number 3 (December 1, 2002)

3. Pre-emption, Deterrence, and Self-Defence: A Legal and Historical Assessment

Authors: Bart M.J. Szewczyk

Source: Cambridge Review of International Affairs, Volume 18, Number 1 (April 2005)

4. The Characteristics of Nuclear Terrorist Weapons

Authors: Morten Bremer Maerli, Annette Schaper, Frank Barnaby

Source: American Behavioral Scientist, Volume 46, Number 6 (February 01, 2003)

5. The new urgency of effective arms control cooperation

Authors: Patricia Lewis

Source: [Foresight](#), Volume 6, Number 4 (April 2004)

6. What Is To Be Done About Nuclear Weapons?: A Rejoinder

Authors: R. Walker

Source:

7. Systemic Conditions and Security Cooperation: Explaining the Persistence of the Nuclear Non-proliferation Regime¹

Authors: T.V.Paul

Source: [Cambridge Review of International Affairs](#), Volume 16, Number 1 (April 2003)

- OAS

1. The Gordian Knot of Brazilian Foreign Policy: Promoting democracy while respecting sovereignty

Authors: Carlos Santiso

Source: [Cambridge Review of International Affairs](#), Volume 16, Number 2 (July 2003)

2. International Human Rights Law and Practice in Latin America

Authors: Ellen L. Lutz, Kathryn Sikkink

Source: [International Organization](#), Volume 54, Number 3 (Summer 2000)

3. Democracy from the Outside-In? International Organizations and Democratization

Authors: Jon C. Pevehouse

Source: [International Organization](#), Volume 56, Number 3 (August 30, 2002)

4. History Catching Up with the Present? State-Society Relations and the Argentine Crisis

Authors: Philip Oxhorn

Source: [Cambridge Review of International Affairs, Volume 15, Number 3 \(October 01, 2002\)](#)

5. **The Politics of Dispute Settlement Design: Explaining Legalism in Regional Trade Pacts**

Authors: James McCall Smith

Source: [International Organization, Volume 54, Number 1 \(Winter 2000\)](#)

6. **Moral Agency and Moral Responsibility in Humanitarian Intervention**

Authors: Frances V. Harbour

Source: [Global Society, Volume 18, Number 1 \(January 2004\)](#)

7. **The Cuban missile crisis: strategy formulation in action**

Authors: Robert F Grattan

Source: [Management Decision, Volume 42, Number 1 \(February 06, 2004\)](#)

Cronologia

09 de Agosto de 2005 à 27 de Julho de 2006

Fontes Pesquisadas:

BBC News

Clarín

Folha de São Paulo

NY Times

O Globo

Revista Época

Revista Veja

Site OEA

The Economist

The Guardian

The Washigton Post

World Guardian

- **09-Agosto-2005 - O Globo**

Irã reativa programa nuclear parado.

Numa decisão que preocupou parte da comunidade internacional, o Irã retomou em 8 de agosto as atividades na usina nuclear de Isfahã, paralisadas desde novembro do ano passado, quando começaram as negociações sobre o tema com a União Européia.

Os 3 países do grupo negociador - Alemanha, França e Grã Bretanha- pediram uma reunião de emergência da junta de governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) hoje, em Viena.

Apenas a primeira etapa do ciclo que leva ao enriquecimento do Urânio foi retomada. Em novembro, o Irã acordara com a União Européia o fechamento temporário da usina - que os EUA acusam de ser direcionadas à fabricação de armas atômicas - para dar espaço as negociações sobre compensações pelo eventual fim do programa nuclear iraniano. No fim de semana, porém, o governo iraniano disse que a proposta da UE era inaceitável e decidiu reabrir a usina.

O chanceler da França acusou o Irã de estar violando o acordo de Paris e as resoluções da AIEA, afirmando ainda que isso só aumenta as dúvidas sobre os objetivos do programa nuclear iraniano. Os EUA também classificaram a decisão iraniana de violação do acordo. Analistas, no entanto, dizem ser pequena a chance de uma decisão contra Teerã na AIEA, já que, segundo o Tratado de Não proliferação, o país tem o direito de levar a cabo o enriquecimento de urânio para fins pacíficos.

- **09 - Agosto - 2005 - O Globo**

Brasil planeja exportar urânio enriquecido.

O ministro da ciência e tecnologia, Sérgio Resende, declarou ontem que o Brasil poderá ser um exportador de urânio enriquecido, para fins pacíficos, em 10 anos. Para isso, no entanto, seriam necessárias alterações na constituição, que proíbe a exportação de material nuclear.

Segundo Resende, o comércio de material nuclear para a produção de energia será cada vez mais necessário e lucrativo, diante das perspectivas futuras de outras fontes de energia, como o petróleo.

O ministro enfatizou no entanto que o país não tem um projeto para construir bomba atômica e nem vai exportar material para países que tenham esse objetivo. Disse ainda que o Brasil continuará cumprindo com seus acordos internacionais e tem uma clara posição contra a corrida armamentista. O mercado de urânio enriquecido é lucrativo e importante para o Brasil, que faz parte de um clube de elite por possuir tal tecnologia.

- **09-Agosto-2005 - O Globo**

G-4 não avança em sua proposta

Em maio deste ano, em parceria com a Alemanha, Índia e o Japão, o Brasil apresentou a ONU a proposta de criar mais 6 vagas permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O G-4 pretende dividir entre eles as novas cadeiras e deixar as duas restantes para as nações africanas.

Sem conseguir simpatizantes, o grupo ofereceu uma barganha: abre mão do direito ao veto nos primeiros quinze anos.

Inúmeros países discordam da proposta do G-4, entre eles os EUA, China, Paquistão, Itália, México e Argentina, formando um grupo próprio: Unidos pelo consenso. Esse grupo acredita que os argumentos do G-4 não são convincentes para permitir que os países sejam conduzidos a uma posição de liderança. O bloco dos unidos pelo consenso considera que os critérios do G-4 demasiadamente subjetivos.

A embaixadora do México afirma que o Conselho de Segurança representa uma anomalia histórica. Para ela, aumentar o número de privilegiados seria amplificar essa anomalia e não corrigi-la. “Em vez dos cinco atuais, serão onze países com esses superpoderes, em detrimento de 180 outras nações”.

A proposta do bloco dos Unidos pelo Consenso é ampliar o numero de membros rotativos e estabelecer a possibilidade de reeleição.

Na sua busca pelo assento permanente, o Brasil causou má impressão ao se mostrar disposto a pagar qualquer preço por voto: reconheceu a China como economia de mercado (acirrando concorrência com os produtos latino americanos), mostrou-se ambíguo sobre o conceito de democracia em uma reunião com os países árabes, comandou missão militar da ONU no Haiti (que ameaça converter-se em fracasso), se absteve na votação da ONU que exigia a retirada Síria do Líbano em troca de voto.

Essas atitudes plantaram em diversos governos a dúvida sobre a sabedoria de entregar ao Brasil uma cadeira permanente no Conselho de Segurança.

- **28 – Agosto – 2005 - Site OEA**

Processo de Paz com as AUC

O secretário da OEA, Jose Miguel Insulza, chegou a Bogotá, onde irá revisar a missão que vigia o processo de paz do governo colombiano com as Autodefesas unidas da Colômbia (AUC).

O governo colombiano celebra, há mais de dois anos, negociações de paz com a AUC. Essa união de esquadrões paramilitares, criada há duas décadas para combater as guerrilhas esquerdistas, é acusada de múltiplos crimes contra a humanidade. Dentro do processo de negociações se prevê a dissolução das AUC antes de 2006.

O governo de Uribe e a OEA firmaram, em janeiro de 2003, um convenio pelo qual se estabeleceu uma missão para apoiar o processo de paz na Colômbia.

- **05- Agosto – 2005 O Globo**

União Africana rejeita apoio ao G-4

A união africana (UA) rejeitou o pedido do G-4 de apoio a as proposta de reforma no Conselho de Segurança. A UA ratificou o seu próprio plano e ainda decidiu criar uma comissão de dez chefes de estado africanos para pressionar por sua provação.

A expectativa do Brasil era de que ainda este mês, com apoio dos africanos, a ONU aprovasse a ampliação do numero de membros no Conselho de segurança. Com a divisão, a votação só ocorrera em setembro, numa expectativa otimista.

- **06 – Agosto – 2005 O Globo**

G-4 adia votação sobre conselho de segurança.

G-4 adia até o fim do mês a votação de sua proposta na Assembléia Geral e usa esse tempo para continuar as negociações, em busca do apoio dos países africanos.

- **02- Setembro - 2005 BBC News**

Brasil oferece ajuda aos EUA

O presidente Lula enviou uma mensagem a Bush, oferecendo solidariedade e assistência na recuperação da área afetada pelo Furacão Katrina - os estados de Louisiana, Alabama e Mississippi.

O presidente Chávez, ofereceu ajuda humanitária, profissionais de serviço de resgate e petróleo barato. Chávez fez a oferta um dia depois de ter chamado Bush de “rei das férias” e criticado a resposta da casa Branca à tragédia.

O presidente de Cuba, Fidel Castro, liderou um minuto de silêncio no Parlamento em homenagem às vítimas.

- **09-Setembro- 2005 Site OEA**

OEA adota resolução de apoio a Nicarágua

O conselho permanente da OEA afirmou que o aprofundamento da crise institucional e política na Nicarágua esta arriscando a governabilidade democrática do país, o legítimo exercício do poder e o estado de direito, com serias conseqüências sociais e econômicas, atuais e futuras, para o povo da Nicarágua.

O conselho permanente aprovou uma resolução que determinava, nos termos mais enérgicos possíveis, que as partes envolvidas na crise nicaragüense iniciem um diálogo amplo e construtivo, respeitando o mandato do atual presidente e cessando qualquer ação que agrave a crise política no país. O conselho permanente também instruiu ao secretário geral da OEA que mantivesse sua preocupação com as partes envolvidas no diálogo e insistisse sobre a importância de atuar para manter a institucionalidade democrática e alcançar acordos que preservem a governabilidade, o estado de direito e a estabilidade do país, em conformidade com a carta da OEA e com a carta democrática interamericana.

- **10 - Setembro - 2005 O Globo**

México volta a exigir visto de brasileiros

O aumento do número de brasileiros que tentam entrar no Eua ilegalmente via México, fez com que o governo mexicano suspendesse, por tempo indeterminado, um acordo que permitia a isenção de visto para cidadãos do Brasil. A medida passa a valer a partir de 23 de outubro. O Brasil decidiu adotar o princípio da reciprocidade.

O governo do Brasil dizia que a medida é até compreensível, dado o quadro atual - e, segundo fontes do Itamaraty, a forte preocupação dos Eua com a intensificação do fluxo migratório. Os diplomatas brasileiros argumentam que, apesar de entender as razões do México, a exigência do visto, principalmente de empresários e investidores poderá dificultar os negócios bilaterais, devido ao aumento da burocracia.

- **13 - Agosto - 2005 O Globo**

Celso Amorim afirma que Brasil seguirá tentando aceitação da proposta do G-4

Em entrevista ao Globo, o chanceler brasileiro Celso Amorim afirmou que o Brasil continua em busca da aprovação da proposta do G-4 de ampliação do Conselho de Segurança. Amorim disse que a UA não foi contra a proposta do G-4, mas sim a favor da sua própria proposta e, que a comissão criada foi para estudar e que no início de setembro terá uma nova reunião. O chanceler acredita que eles podem chegar a conclusão de que a proposta deles é inviável e apoiar a do G-4 e que pelo menos parte dos países ainda pode mudar de opinião.

- **12 - Setembro - 2005 O Globo**

Nova Doutrina para uso de armas nucleares

O Pentágono sugeriu nova doutrina para o uso de armas nucleares, segundo a qual poder-se-ia recorrer as armas atômicas em ações de caráter preventivo contra países ou grupos terroristas que tenham armas de destruição em massa. Também seria possível usá-las para destruir arsenais inimigos de armas químicas, biológicas e nucleares. O plano ainda necessita da aprovação do secretário de defesa Donald Rumsfeld.

- **13 - Setembro - 2005 O Globo**

Decisões na Assembléia Geral ameaçadas por divergências

A 60ª Assembléia Geral da ONU, que iniciara em 17 de setembro, ainda está com seu documento base inacabado por conta de profundas divergências entre os líderes mundiais.

Relatórios sucessivos foram feitos e refeitos durante todo este ano com propostas para atualizar as resoluções sobre terrorismo, desenvolvimento, direitos humanos, assim como reformar os vários órgãos da ONU.

Todo o processo foi tumultuado quando o embaixador americano nas Nações Unidas apresentou 500 emendas ao texto. Um grupo de 32 embaixadores iniciou uma maratona de negociações, conseguindo fazer as divergências caírem para 200 no dia 9 de setembro e, depois de um fim de semana inteiro trancados em salas de reuniões, chegou a reduzi-las ainda mais. Contudo, as últimas são difíceis demais de serem superadas. Os EUA querem acabar com o alto comissariado de direitos humanos e criar um conselho de Direitos humanos, querem mudar o gerenciamento da organização internacional e também não concordam com as definições de terrorismo e as salvaguardas para evitar a proliferação de armas nucleares.

Nessa maratona de negociações, ficou de fora do atual documento a reforma do Conselho de Segurança e as metas do milênio para reduzir a pobreza e desenvolvimento minguaram.

- **14- Setembro - 2005 Washington Post**

Pinochet tem imunidade cassada

A suprema corte retirou a imunidade de Pinochet, podendo agora ser processado, firmando caminho para o julgamento do ex-ditador que teve participação no desaparecimento e nos assassinatos de 15 dissidentes durante o seu regime.

A corte votou em cassar a imunidade que ele obteve como ex-presidente e autorizou seu julgamento no caso da operação Colombo.

Pinochet enfrenta uma série de processos por violação de direitos humanos durante o seu regime. Sua imunidade já foi cassada 3 vezes por casos de abusos. Em outro caso, envolvendo evasão de taxas relacionadas a uma conta multimilionária que ele possui em um banco no exterior, Pinochet teve sua imunidade suspensa por uma corte de apelação.

O ex-ditador tem evitado os julgamentos devido a sua saúde fragilizada. 2 casos já foram abandonados pela suprema corte.

- **15- Setembro - 2005 O Globo**

Paraguai nega que terá base militar americana

Um dia depois do ministro das relações exteriores, Celso Amorim, ter pedido mais transparência ao Paraguai em seu relacionamento com os EUA, a Chanceler paraguaia, Leila Rachid, descartou enfaticamente a possibilidade de que seja instalada uma base militar americana em território Paraguaio.

A ministra assegurou que não haverá base nem existem acordos secretos entre o Paraguai e o governo do EUA e, confirmou a sua intenção de reunir-se com os demais chanceleres do Mercosul durante reunião de cúpula, em Nova Iorque.

- **16 - Setembro - 2005 Clarín**

Paraguai defende o desembarque de forças americanas em seu território

O presidente paraguaio defendeu a presença das forças americanas em seu país, afirmando que o Paraguai é um país pequeno, mas digno e independente e negou as críticas feitas por Celso Amorim, que clamava por mais transparência do Paraguai com os EUA, uma vez que teme que isso resulte na instalação de uma base militar do Pentágono no Cone Sul.

O ministro Celso Amorim disse que o Paraguai é um país soberano, ainda que tenha obrigações com o Mercosul. Um acordo comercial a sós não é compatível com os demais sócios do bloco. Em resposta as afirmações do chanceler brasileiro, o presidente Nicanor Duarte declarou: Paraguai também tem que olhar para o mundo.

- **16 - Setembro - 2005 Clarín**

Estados Unidos nega que vá instalar bases militares no Paraguai

A embaixada dos Estados Unidos em Assunção afirmou que os artigos publicados sobre a presença de forças americanas no território paraguaio não se ajustam a verdade e assegurou que a Casa Branca não tem intenção nenhuma de instalar uma base militar em lugar algum do Paraguai.

Com relação aos exercícios militares entre os soldados americanos e paraguaios, a nota é que não existe nada de novo e que ambos os países já realizaram atividades parecidas em outros tempos.

- **16- Setembro – 2005 Clarín**

Criticas argentinas as bases militares americanas no território paraguaio.

O chanceler argentino, Rafael Bielsa, disse ontem em Nova Iorque que a região não precisa de nenhuma base militar estadunidense.

O ministro da defesa argentino, Jose Pampuro, afirmou que enquanto os exercícios forem no âmbito bilateral entre o Paraguai e os EUA e de caráter temporário, a Argentina não terá nenhuma objeção. Pampuro sustentou que esse processo de adestramento das tropas paraguaia é uma decisão unilateral do país e que esta dentro de sua autonomia fazê-lo.

No entanto, para Bielsa, a possibilidade de uma base militar norte americana permanente no Paraguai causaria grande preocupação na região e recomendou ver como evolui a situação.

Sobre a possibilidade de saída do Paraguai do mercosul, questão desmentida por esse país, o chanceler argentino afirmou que acha muito difícil que o governo de Nicanor Duarte adote essa decisão.

- **17 – Setembro – 2005 NY Times**

Colombianos enviados aos EUA para responder a acusações

Dezessete colombianos, incluindo o contador do Cartel de Cali, foram enviados aos Estados Unidos para responder acusações em relação ao trafico de drogas. Luis Eduardo Cartas e outros foram colocados em um avião na sexta à noite em Bogotá, rumo aos EUA. Cuartas foi capturado em 2003 e controlava as finanças e a contabilidade do cartel de Cali. Ele será julgado por uma corte do Sul da Florida por conspiração, posse, importação e distribuição de cocaína.

Desde sua posse 3 anos atrás, o presidente Álvaro Uribe já extraditou mais de 200 suspeitos para os Estados Unidos, mais do que qualquer presidente anterior

- **18 – Setembro – 2005 NY Times**

Chávez afirma que tentará melhorar as relações com os Estados Unidos.

O presidente Hugo Chávez disse no sábado (17 de setembro) que irá buscar o aprimoramento da sua relação com Washington. Chávez reconhece que ocasionalmente ele foi longe demais com suas palavras ao responder as críticas que oficiais americanos fizeram ao seu governo. Disse, ainda, que as suas críticas a administração Bush foram muitas vezes mal compreendidas como ataques ao público americano. “Eu Amo o povo do Estados Unidos”.

Chávez criticou as reformas da ONU. Afirmando que permitem que países poderosos invadam os em desenvolvimento enquanto seus líderes os julgam como ameaça. No seu discurso de sábado, o presidente disse que o documento adotado pela ONU na sexta foi desenvolvido sem consenso, que é inválido e ilegal. Ele destacou uma seção do documento que cria uma comissão “peacebuilding”, que tem a responsabilidade de proteger. O presidente venezuelano acredita que essa seção é suspeita, dizendo que amanhã ou no futuro, alguém de Washington irá dizer que o povo venezuelano precisa ser protegido do tirano Chávez, que é uma ameaça.

- **20 – Setembro – 2005 O Globo**

Venezuela produz armas

A partir do 2º semestre de 2006, a Companhia Anônima Venezuela de Indústria Militares (Cavim) irá fabricar um revólver que será comercializado no mercado interno.

Segundo Chávez, as armas fabricadas pela companhia estatal custam 50% menos do que os produtos similares importados de outros países. O objetivo do governo é transformar-se no principal fornecedor de armas aos governos estaduais e prefeituras, além de outros organismos estatais como a Polícia Nacional. O projeto também prevê a venda de armas ao público.

O presidente da Cavim nega que isso esteja vinculado a uma suposta intenção de Chávez de prepara-se para enfrentar um eventual conflito bélico. Chávez anunciou também sua intenção de criar uma empresa estatal de mineração.

- **30 - setembro - 2005 World Guardian**

EUA acusado de proteger militante cubano

Hugo Chávez acusou os Estados Unidos de proteger o militante cubano Luis Posada Carilles. A corte americana votou contra a deportação de Carilles. Esse é procurado na Venezuela por ter explodido um avião em 1976.

O acusado afirmou que se for extraditado para a Venezuela irá sofrer torturas. A corte americana se sensibilizou com suas alegações e não permitiu a extradição.

Chávez declarou que essa decisão permitiu a administração Bush proteger um dos maiores terroristas da América Latina. O presidente venezuelano acusou Bush de ter um duplo padrão em relação à guerra contra o terror.

O governo da Venezuela demanda a extradição de Carilles e afirma que não irá torturá-lo, até porque isso vai contra a constituição venezuelana.

- **01 - Outubro- 2005 The Economist**

Paraguai e Estados Unidos – Aliados improváveis

A visita do secretário de defesa Donald Rumsfeld ao Paraguai foi vista pelos vizinhos Brasil e Argentina como uma tentativa de firmar uma base militar permanente no país e sua retirada do Mercosul. De fato os Estados Unidos não pretendem tornar o Paraguai um apêndice estratégico, mas os dois países se vêem como parceiros em potencial no gerenciamento de preocupações regionais.

Para o Paraguai, a principal preocupação é o Mercosul, o Brasil em especial. Apesar de se dizer que o comércio no Mercosul é livre, o Paraguai reclama que seu vizinho estrangula as suas exportações e que ignora o Mercosul quando é conveniente.

Para os Estados Unidos, o Paraguai é um amigo em uma região problemática. Ele está localizado no final de um arco de instabilidade, uma rede de democracias fracas que estão sendo influenciadas pelo governo de esquerda de Hugo Chávez. O Paraguai também não tem uma democracia consolidada, mas segundo um oficial americano tem feito um bom progresso na luta contra as drogas ilegais, pirataria e bloqueando o financiamento de grupos terroristas, sendo todas essas atividades oriundas da região onde a fronteira dos três países se encontra (Brasil, Paraguai e Argentina).

Seria fácil imaginar que os Estados Unidos tentaria conter a instabilidade através da presença militar ou das suas agências de inteligência, mas de acordo com os EUA o

máximo que foi aprovado foram exercícios militares americanos nos próximos 18 meses ao exército paraguaio.

- **01 -Outubro - 2005 Clarín**

Tensão limítrofe entre Chile e Peru

O ministro do interior chileno afirmou que o Chile não possui problema limítrofe algum com o Peru e que utilizará o diálogo para modificar a delicada situação instaurada depois que Lima decidiu modificar unilateralmente a fronteira marítima. O Chile considerou que o Peru desconheceu o tratado realizado em 1954, que estabelecia os limites marítimos entre os países.

O ministro declarou que para o Chile não há nenhum tema pendente em matéria de limites, mas que se o Peru considera existente então tal impasse deverá ser resolvido nos organismos pertinentes, através da via diplomática.

- **05 - outubro - 2005 Washington Post**

Bush irá visitar América Latina em novembro.

O presidente George W. Bush, que muitos latino-americanos criticam por não estar próximo da região, irá à reunião dos chefes de estados que ocorrerá na Argentina, em Mar Del Plata, em novembro, antes de ir para o Brasil e o Panamá.

Os EUA e o Brasil desenvolveram relações de cooperação, apesar das divergências em questões comerciais. O Brasil contribuiu para a missão de paz da Onu no Haiti, fato que agradou Washington, entretanto, críticos afirmam que o Brasil estava corroborando com os interesses norte-americanos.

- **07 - outubro - 2005 Clarín**

Avanços de líderes bolivianos para salvar as eleições .

Os candidatos a presidente e vice-presidente da Bolívia acordaram ontem em salvar as eleições gerais que ocorrem em dezembro, durante uma reunião com os líderes do congresso que tentavam sanar os profundos desacordo regionais e achar uma saída para a crise política.

Os dois candidatos que estão à frente nas pesquisas não compareceram mas enviaram seus representantes.

- **07- outubro - 2005 O Globo**

Eua querem apoio em sistema para vigiar democracia

O secretário adjunto de Estado da Casa Branca, Robert Zoellick, aproveitou a visita que fez ontem a Brasília para atacar duramente o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Ele reagiu com ironia, ao comentar a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de que há excesso de democracia na Venezuela, feita na semana passada, durante a cúpula de chefes de estado na América do Sul.

Zoellick disse ter vindo ao Brasil para apresentar, em nome do governo americano, uma proposta de monitoramento dos processos democráticos na região. Ele citou cinco exemplos de países que estariam com suas democracias fragilizadas: Venezuela, Equador, Bolívia, Haiti e Nicarágua.

Zoellick conversou com o assessor especial para assuntos internacionais da presidência da república, Marco Aurélio Garcia, sobre a possibilidade de se implementar uma forma de acompanhar os sistemas democráticos da região conduzida pela OEA e o BID. Os Eua vão propor a medida durante a Cúpula das Américas, que acontecerá em Mar Del Plata, na Argentina, no início do próximo mês. E pediram o apoio do Brasil. Ele disse que os Eua não estão preocupados com a esquerda ou com a direita, e sim com o fortalecimento das instituições democráticas. Zoellick citou mais uma vez Chávez e também o ex-presidente do Peru Alberto Fujimori como exemplo de líderes populistas “de mensagens atraentes para a população, mas que não são produtivas”

- **10- outubro - 2005 Washington Post**

Robertson acusa Chávez de procurar material nuclear do Irã

Pat Robertson acusou o presidente venezuelano de estar negociando com o Irã a compra de material nuclear e de ter enviado US\$ 1,2milhões ao terrorista Osama Bin Laden. Robertson afirmou que Chávez está criando uma ditadura marxista em seu país e está tentando espalhar pelo continente.

- **10 - Outubro- 2005 O Globo**

Soldados no Haiti treinaram em favelas do Rio

O componente ideológico da violência no Haiti cede cada dia mais espaço ao banditismo comum, à medida que aumenta a miséria e pacificam-se os ânimos políticos. Cientes da nova realidade do país, militares treinaram em favelas do Rio os soldados do último contingente a seguir para o país como parte das tropas de paz da ONU.

A presença militar ostensiva no último ano e o desmembramento de grupos armados e caráter mais político fez surgir, por exemplo, uma modalidade de crime até então inédita no país, seqüestro, seguida rapidamente de uma adaptação local à dura realidade haitiana: o seqüestro de carros. Não adianta roubar um carro porque ninguém irá comprá-lo, então o carro é seqüestrado para pedir resgate ao seu dono. Os grupos criminosos têm sua origem nos bandos armados criados pelo ex-presidente Jean- Bertrand Aristide na época que dissolveu o exército. A desintegração das estruturas institucionais fez com que esses homens passassem a vender segurança à população, já que a polícia haitiana é praticamente inexistente. Com a presença das tropas da ONU e o aumento da sensação de segurança, no entanto, a população deixou de pagar a eles, que passaram a roubar e assaltar para sobreviver.

- **28 - outubro - 2005 Clarín**

Ressurge no Paraguai a idéia de uma base militar americana

Sob o título de Aliança Estratégica Não Divulgada, o jornal ABC revelou um documento confidencial que descreve uma política de alta prioridade entre Paraguai e EUA que determina, entre outros, o estabelecimento de uma base aérea americana no aeroporto de Mariscal Estigarribia.

O informe extra oficial dizia que o Paraguai oferecia o aeroporto para a criação da base aérea, de forma que os EUA os ajudassem a controlar o espaço aéreo do país, colaborando para o controle do tráfico de drogas. Ainda, oferecia base operacional para a CIA e o FBI nas cidades Del Este, Pedro Juan Caballero e Salto, Guairá para vigiar a tríplice Fronteira (Brasil, Argentina, Paraguai) uma zona crítica da região, que segundo o informe, é onde podem se instalar atividade para financiar o terrorismo e também a pirataria e a falsificação.

Em troca disso, o Paraguai pediria a abertura dos mercados americanos a seus produtos. O embaixador americano reiterou que os EUA não tem qualquer interesse em instalar uma base militar no Paraguai e que tudo isso não passa de um absurdo.

- **03 - Novembro- 2005 NY Times**

Marcadas eleições Bolivianas para 18 de dezembro

O presidente Eduardo Rodrigues da Bolívia anunciou que as eleições presidenciais e do congresso serão realizadas em 18 NOV, resolvendo o conflito interno que ameaçou paralisar todos os setores do país e abrindo as portas para transformação política. Rodríguez, um juiz que se tornou presidente interino depois que Carlos Mesa renunciou, deu um passo a frente ao marcar as datas das eleições no que ele chamou de tentativa de salvar a democracia.

- **04 - Novembro- 2005 Clarín**

Tensão no Pacífico entre Chile e Peru

Uma crise sem precedentes entre o Chile e o Peru se instalou ontem depois que o congresso peruano aprovou por unanimidade uma lei que muda o limite do mar com o Chile, descumprindo o “convenio sobre zona especial fronteiriça marítima” assinado por Peru, Chile e Bolívia em 4 de dezembro de 1954.

A estratégia de reação chilena iniciou em 28 de outubro, quando surgiu a notícia que a comissão de Relações Exteriores peruana havia aprovado o projeto de lei de mudança de limites do mar. O presidente chileno afirmou que o Chile seguirá defendendo sua soberania marítima. A imprensa peruana tomou isso como provocação.

O gabinete chileno se reuniu e determinou que a ação peruana não possuía qualquer validade jurídica, afirmando que continuarão tendo como base o direito internacional, com pleno reconhecimento e vigência dos tratados internacionais, exercendo soberania e jurisdição sobre o que é território chileno.

- **06 - Novembro- 2005 Washington Post**

Ceticismo prevalece nas discussões em Mar Del Plata

A reunião em Mar Del Plata terminou sem qualquer decisão definitiva sobre a área de livre comércio das Américas. Os líderes de estado concordaram em continuar discutindo as propostas para a Alca no futuro. Os países latino-americanos buscam maior negociação nos termos de implementação da Alca, criando um sistema que beneficie a todos. O Brasil se opôs ao acordo de livre comércio devido aos injustos subsídios agrícolas concedidos pelo governo americano.

- **06 - Novembro- 2005 Washington Post**

Bush deixa Mar Del Plata sem alcançar acordo

O presidente americano deixou o encontro de líderes em Mar Del Plata sem conseguir chegar a um acordo para a implementação da área de livre comércio das Américas. Duas visões surgiram durante a cúpula: uma que favorecia a criação da Alca, mas reconhecendo que muitos desafios ainda têm de ser enfrentados antes do pacto ser selado; outra que acredita que ainda não existem condições para que o acordo seja viável.

Os Eua e mais 28 países, dos 33 presentes, assinaram um compromisso de continuar as negociações, que de acordo com o presidente Bush irão reduzir a pobreza e impulsionar o crescimento econômico. Os líderes latino-americanos acreditam que o acordo, se aprovado do jeito que os EUA desejam, só irá aumentar as disparidades. Venezuela, Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil decidiram não participar das negociações, chamadas pelo presidente Hugo Chávez de plano imperialista.

- **07 - Novembro- 2005 Clarín**

Fujimori chega de surpresa no Chile e anuncia que será candidato no Peru

Sem nenhum aviso prévio e no meio de tensões limítrofes entre Chile e Peru pela delimitação das fronteiras marítimas, o ex-presidente peruano Alberto Fujimori chegou a capital chilena e anunciou que está preparando seu regresso a Lima para candidatar-se a presidente em 2006. A noite, o porta voz do governo chileno anunciou que o governo peruano optou por solicitar a extradição do ex presidente.

- **09 - Novembro- 2005 Washington Post**

Recorde de votação na Assembléia Geral da ONU contra o embargo dos EUA a Cuba

Quase todos os países presentes na Assembleia Geral da ONU votaram contra o embargo econômico imposto a Cuba pelos EUA. Foram 182 a favor, 4 contra (EUA, Israel, Ilhas Marshall e Palau) e 1 abstenção (Micronésia). El Salvador, Iraque, Nicarágua e Marrocos não votaram.

Cuba está sob embargo americano desde que o presidente Fidel Castro derrotou a ofensiva americana na Baía dos porcos em 1961. A medida não causa nenhum efeito nos EUA e durante a administração Bush foram reforçadas as restrições. O representante americano na Assembleia Geral afirmou que a causa do desemprego, falta de assistência médica e fome no país não são ocasionados pelo embargo, mas sim pelo péssimo gerenciamento econômico do presidente Fidel Castro. O porta voz do departamento de Estado dos EUA afirmou que a medida é uma resposta a um regime repressor que impede o progresso e a liberdade. O representante americano declarou que Fidel castro sabe o que fazer para acabar com o embargo – reformas que beneficiem o povo cubano, afirmando ainda que as restrições comerciais são uma questão bilateral, não devendo ser discutidas na assembleia.

- **14 - Novembro- 2005 Washington Post**

México retira embaixadores da Venezuela

México retirou seu embaixador da Venezuela na segunda-feira depois que Caracas afirmou que iria retirar seu diplomata ao invés de se desculpar, depois que o presidente Hugo Chavez noticiou o presidente Vicente Fox para “não mexer com ele porque poderia se prejudicar”.

As tensões entre Fox e Chávez se acirraram depois da 4ª cúpula das Américas, quando o presidente mexicano defendeu as propostas americanas. Em entrevista à CNN, Fox prometeu manter o debate com Chávez fora de questões pessoais mas avisou que não irá admitir ofensas ao país.

O México declarou que irá expulsar o embaixador Venezuela e irá retirar seu embaixador da Venezuela se o presidente venezuelano não se desculpar por suas declarações. A Venezuela declarou que não irá considerar as ameaças do México e considera o ultimato fora das devidas proporções, informando que a situação atual é de total responsabilidade de Vicente Fox.

- **18 - Noviembre- 2005 Clarín**

Venezuela preocupa Estados Unidos

En su primera audiencia ante el Congreso, el flamante subsecretario para asuntos hemisféricos, Tom Shannon advirtió ayer que la democracia de Venezuela está en peligro. Si bien durante la sesión Shannon inauguró un estilo mucho más diplomático que el de su predecesor Roger Noriega afirmó que EE.UU. está empeñado en establecer una buena relación con Venezuela, su descripción de la situación venezolana fue tan dura como la que generalmente hacía Noriega. Shannon denunció que Chávez controla actualmente los tres poderes del gobierno venezolano, ha centralizado su control sobre la Corte Suprema, y que en las legislativas del 4 de diciembre profundizará más su control de la Asamblea Nacional. Los demócratas aprovecharon para cargar contra el gobierno de Bush. El representante demócrata Robert Menéndez dijo que Chávez y lo que había pasado en la Cumbre de Mar del Plata se debía a "un fracaso masivo de liderazgo" por parte de la Casa Blanca. Gregory Meeks señaló que Chávez no es el problema sino un producto de la negligencia de Bush hacia la región. "Más que quisiera yo que en mi distrito los norteamericanos hicieran largas colas como las que hicieron los venezolanos para votar por Chávez", dijo Meeks, y agregó que los venezolanos piensan que su país está en la dirección acertada en una proporción mucho más alta de lo que piensan los norteamericanos con respecto a EE.UU..

Por su parte, Barbara Lee quiso saber si en Venezuela no se repetiría la "costumbre histórica" de EE.UU. de tumbar gobiernos elegidos que no son de su simpatía. Shannon insistió en que la vía para lidiar con Chavez es la diplomática. Cuando un diputado menciono el artículo de Clarín que reveló el interés de Chávez por comprar un reactor nuclear, Shannon dijo que no era un especialista en el tema pero que había preocupación por la relación que Chávez tiene con Irán. "No nos dirán ahora que Venezuela tiene armas de destrucción masiva", cargó Meeks. "No que yo sepa", dijo Shannon. Shannon concluyó que "la dinámica de la política interna de Venezuela durante los últimos años ha sido de confrontación y conflicto" con EEUU. "Desgraciadamente esa dinámica ya se expresa en la diplomacia venezolana y en su actitud con algunos de los países del hemisferio que históricamente han sido socios y amigos de Venezuela", dijo. "Es una gran lástima", concluyó.

- **19 - Novembro- 2005 O Globo**

Chávez chama Bush de louco e genocida

Em mais um de seus rompantes verbais, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, chamou o presidente americano George W. Bush de assassino, genocida e louco. Ao mesmo tempo o presidente Vincent Fox voltou a exigir um pedido de desculpas de Chávez que chamou o México de “filhote do império”.

A declaração de Chávez foi feita após críticas a ele no Congresso Americano pelo novo secretário de Estado adjunto dos Eua para a América Latina, Thomas Shannon. Segundo Shannon, Chávez está minando as instituições democráticas ao utiliza-las para restringir os direitos daqueles que pensam diferente.

O secretário afirmou que os EUA estão tentando conscientizar seus aliados para o perigo da venda de armas à Venezuela, que Washington considera uma ameaça à estabilidade regional por apoiar movimentos radicais. O presidente venezuelano responde dizendo que o perigo mais grave que o mundo enfrenta é o governo dos Estados Unidos, declarando que o povo americano é governado por um louco, genocida e assassino. Chávez acusou o governo Bush de intervir grosseiramente em qualquer país e disse que os grupos civis com que Washington alega estar trabalhando na Venezuela para denunciar seus suposto abusos de poder são os mesmos que deram o golpe de Estado em 2002.

- **22 - Novembro- 2005 O Globo**

Chavez e Kirchner reforçam aliança e anunciam obras de infra-estrutura

Os presidentes da Argentina e da Venezuela assinaram uma série de acordos destinados a aprofundar a aliança estratégica entre ambos os governos que prevêem, entre outras iniciativas, a construção de um gasoduto que unirá os dois países. Esses acordos também incluem a defesa da incorporação da Venezuela ao Mercosul, como membro pleno, o compromisso do governo venezuelano de continuar comprando bônus da dívida Argentina, um acordo de integração na área de tecnologia nuclear, e um avanço na integração energética.

- **23 - Novembro- 2005 O Globo**

Pinochet diz ter chefiado polícia secreta

O ex-ditador chileno Augusto Pinochet reconheceu que foi o chefe da polícia secreta durante os anos em que permaneceu no poder, mas voltou a acusar seu ex-subalerno Manuel Contreras de ser o responsável pelas operações de repressão, segundo a transcrição da acareação feita entre os dois. O ex-ditador, de 89 anos, estaria prestes de ser processado pela Operação Colombo uma operação do sistema de inteligência da ditadura para encobrir a morte ou desaparecimento de 119 opositores em 1975.

- **28 - Novembro- 2005 O Globo**

Haiti: tropas de paz enfrentam grupos armados

As tropas de paz da ONU no Haiti, comandadas pelo Brasil, enfrentaram um intenso tiroteio na tarde de sábado com integrantes de milícias. A troca de tiros ocorreu na favela de Cite Soleil, uma das áreas mais pobres do país, localizada na capital Porto Príncipe. O confronto teve início quando grupos armados atacaram postos da ONU na favela, ocupados pelo contingente da Jordânia. Os blindados da ONU patrulharam as ruas e responderam à artilharia dos milicianos. O general brasileiro comandante das tropas afirmou que os grupos são resistentes a todas as propostas de negociação para a deposição das armas. A violência explodiu um dia após o anúncio do adiamento das eleições gerais do país, o terceiro nos últimos dois meses. A nova eleição está marcada para de janeiro e foi recebida favoravelmente pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti(Minustah)

- **01 - Dezembro- 2005 O Globo**

Lula apóia candidatura de Morales na Bolívia

A menos de três semanas das eleições presidenciais na Bolívia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou ontem, publicamente, sua preferência pelo deputado e líder cocaleiro Evo Morales. Num improvisado discurso, na cerimônia de encerramento da reunião entre os presidentes do Brasil e da Argentina, Néstor Kirchner, para comemorar os 20 anos do nascimento do Mercosul, Lula assegurou que a eventual eleição de Morales no próximo dia 18 de dezembro significaria uma mudança extraordinária na região.

Eu dizia a Kirchner agora há pouco: imagine o que significou a eleição do Chávez na Venezuela, imagine o que significa se o Evo Morales ganhar as eleições na Bolívia. São

mudanças tão extraordinárias que nem mesmo nossos melhores cientistas políticos poderiam escrever, porque não tinha livros antecedentes mostrando que isso seria possível afirmou o presidente brasileiro, uma semana depois de o governo venezuelano ter sido acusado de interferir no processo eleitoral boliviano. Quiroga repreendera embaixador da Venezuela

Segundo recentes pesquisas divulgadas em La Paz, Morales está liderando as pesquisas com grandes chances de ser o candidato mais votado no primeiro turno. No entanto, o deputado do Movimento ao Socialismo (MAS) não obteria os votos necessários para se eleger e a decisão final ficaria em mãos do Congresso boliviano.

- **13 - Dezembro- 2005 O Globo**

Direita chilena se une para derrotar Bachelet

Os dois candidatos que disputarão a Presidência do Chile no próximo dia 15 de janeiro retomaram suas campanhas buscando selar novas alianças e conquistar votos para vencer no segundo turno. A socialista Michelle Bachelet, que teve 45,95% dos votos no primeiro turno, domingo, deverá enfrentar uma direita unida e disposta a tudo para fortalecer a candidatura do magnata Sebastian Piñera, líder da Renovação Nacional (RN), o segundo colocado, com 25,41%.

O grande derrotado do primeiro turno, o ex-prefeito de Santiago Joaquín Lavín, da União Democrata Independente (UDI), confirmou seu apoio ao candidato da RN e anunciou sua decisão de se incorporar ao comando de campanha de seu ex-adversário. Somados os votos de ambos os candidatos, a aliança entre a UDI e a RN superou a Concertação (aliança entre socialistas e democratas-cristãos que governa o Chile desde 1990) já que conquistou 48,63%.

No entanto, segundo analistas, nem todos os votos de Lavín passarão automaticamente para Piñera. Os dois líderes da direita chilena se reuniram ontem para começar a traçar a estratégia de uma campanha que promete ser agressiva. Bachelet continua sendo a favorita, mas a ex-ministra do presidente Lagos também deverá esforçar-se para atrair votos de centro e da esquerda, que no primeiro turno optaram pelo candidato Tomás Hirsch, da aliança Juntos Podemos (comunistas e humanistas). Hirsch obteve 5,4% dos votos. O desafio de Bachelet será conservar os votos da Democracia Cristã, pois existe o risco de que

muitos de seus eleitores optem por Piñera e convencer os seguidores de Hirsch a votarem pela Concertação.

Uma das grandes novidades foi a presença da ex-chanceler Soledad Alvear no comando de campanha de Bachelet. Ela chefiou a arrancada de Lagos no segundo turno em 1999 e, após obter o melhor resultado da eleição legislativa, foi chamada pela socialista. Sinal de que Bachelet decidiu negociar com partidos aliados para enfrentar a disputa com Piñera em janeiro.

- **15 - Dezembro- 2005 Clarín**

Colômbia espera resposta das FARC

Os familiares dos seqüestrados pelas FARC receberam com o otimismo o aval do governo de Álvaro Uribe à proposta da França, Espanha e Suíça de desmilitarização de um vilarejo para negociar com os guerrilheiros em troca dos reféns. As FARC propõe trocar 500 de seus homens que estão presos por 59 seqüestrados. Contudo, alguns acreditam que a FARC não aceitará a proposta de Uribe.

- **17 – Dezembro – 2005 – The Economist**

O Candidato à presidência da Bolívia Evo Morales representa mudança para a população do país. Ao contrario dos outros governantes da Bolívia, Morales buscará a nacionalização dos recursos bem como o fim da opressão a população pobre do país.

A promessa de justiça faz com que países como os Estados Unidos temam a vitória do líder cocaleiro, receando uma aliança co o líder anti-amaericanista Hugo Chávez e, ainda, se o possível futuro presidente irá se comprometer a governar democraticamente.

Para governar a Bolívia, Evo Morales terá que lidar com hostilidades dos Eua, das províncias do leste e dos investidores privados. Contudo, qualquer concessão que sejam feitas a esses irá de encontro aos movimentos sociais, principais apoiadores de Morales.

O objetivo do futuro governo é fazer com que o Estado seja o promotor do desenvolvimento, financiador das pequenas empresas e promotor de tecnologia. O gás será nacionalizado mas os contratos firmados serão mantidos. O governo de Morales pretende manter a estabilidade mas o Banco Central deverá promover emprego bem como a baixa inflação.

- **19 - Dezembro- 2005 O Globo**

Enviado diz que Brasil não é refém do gás boliviano

Pela primeira vez, o Mercosul enviou uma missão integrada por representantes dos quatro países que integram o bloco (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) para presenciar e respaldar uma eleição presidencial no continente. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou o assessor para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, que defendeu a necessidade de cooperar com o novo governo da Bolívia. O presidente Lula nunca escondeu sua simpatia pelo candidato do Movimento ao Socialismo (Mas), Evo Morales, mas o representante brasileiro fez questão de deixar claro que o Brasil e o Mercosul ofereceriam ajuda a qualquer um que vencesse a eleição presidencial.

O assessor do presidente Lula, que nos últimos anos visitou várias vezes a Bolívia, sobretudo em momentos de crise política, afirmou que o modelo econômico do país deve mudar. O país é rico mas é socialmente pobre enfatizou.

Em meio s especulações sobre as mudanças que o novo governo implementará em matéria energética, o governo brasileiro, disse o enviado brasileiro, não é refém do gás boliviano mas também não abrirá mão de seus direitos.

Temos (a Petrobrás) um contrato assinado até 2019. Temos de esperar o resultado (oficial) das eleições, não podemos negociar com candidatos argumentou.

Perguntado pela intenção de Evo Morales de recomprar duas refinarias da Petrobrás, o assessor de Lula disse que o que poderia ocorrer é um processo de associação.

A Petrobrás não terá problema em se associar a uma estatal boliviana explicou Garcia.

Ambas refinarias foram compradas pela estatal brasileira em 1999 e, segundo fontes do governo brasileiro, representam um ônus para a Petrobrás. Hoje, as duas estão avaliadas em torno de US\$ 150 milhões e são consideradas fundamentais pelo Mas para resolver o problema de abastecimento interno do país. A questão, disse a fonte, é saber se o governo boliviano terá recursos para recomprar as refinarias.

- **20 - Dezembro- 2005 O Globo**

Morales contra o narcotráfico.

Em seu primeiro dia como presidente eleito da Bolívia, o líder do Movimento ao Socialismo (MAS) e dos plantadores de folha de coca, Evo Morales, reiterou sua decisão de atuar com toda a força do Estado para exercer o controle dos recursos naturais, com destaque para o gás, e iniciar uma luta efetiva contra o narcotráfico, área de maior interesse dos Estados Unidos no país. Com pose de presidente, ele se mostrou satisfeito com o resultado obtido nas urnas: 51% dos eleitores votaram nele, segundo projeções.

Trata-se da melhor votação desde a eleição de Víctor Paz Estenssoro em 1985. Nos últimos 20 anos, os presidentes bolivianos chegaram ao poder com entre 22% e 35% dos votos no primeiro turno. No país, o segundo turno é realizado no Congresso e os presidentes anteriores foram eleitos graças a pactos entre os partidos tradicionais, hoje mergulhados numa profunda crise de legitimidade.

Nem a cocaína nem o narcotráfico são partes das cultura boliviana, menos ainda da cultura quéchua e aimara disse Morales, referindo-se às principais comunidades indígenas.

Ele confirmou sua intenção de recuperar o controle dos recursos naturais do país, iniciativa que exigirá a renegociação de mais de 70 contratos assinados com empresas que operam na Bolívia, entre elas a Petrobrás, cujo contrato vence em 2019. Cauteloso, o presidente eleito esclareceu que não expropriará empresas. Nosso país precisa da tecnologia das empresas (multinacionais) para realizar explorações argumentou.

A vitória do candidato do MAS marcou o início de uma nova etapa política no país. Os partidos tradicionais, que nas últimas décadas se alternaram no poder, hoje são párias do sistema político boliviano. A eleição de domingo demonstrou que o MAS e a aliança de centro-direita Poder Democrático e Social (Podemos), do ex-presidente Jorge Quiroga, concentram mais de 80% do eleitorado do país.

- **05 – Janeiro – 2006 – O Globo**

Brasil afirma que política próxima à Venezuela e a Bolívia não deve contaminar as excelentes relações com os EUA

O governo brasileiro anunciou que o país não está disposto a se comprometer com a aliança contra o imperialismo norte-americano anunciada pelos presidentes Hugo Chavez e Evo Morales, denominada “eixo do bem”. Em reunião com 60 embaixadores brasileiros, o presidente Lula afirmou que a América do Sul continua sendo prioridade do governo – que

quer manter a política de forte aproximação com todos os países da região, mas que isso não deve servir para contaminar as relações com os americanos. A posição brasileira é de ajudar no que for preciso para que haja diálogo entre as nações divergentes, com o cuidado de não demonstrar qualquer tipo de interferência direta.

- **06- Janeiro – 2006 – O Globo**

Brasil ajudaria EUA a dialogar com o presidente da Bolívia, Evo Morales

A Casa Branca está enviando à Brasília um emissário para pedir ajuda brasileira na mediação do diálogo com governos de esquerda da região, em especial com o novo governante boliviano Evo Morales.

O chanceler brasileiro Celso Amorim afirmou que o Brasil não aceitará papel formal de intermediário entre EUA e Bolívia, mas que está disposto a ajudar, desde que não interfira na soberania e nas questões internacionais desses países. A inclusão da Bolívia no Mercosul já vem sendo discutida e seria uma forma de facilitar o diálogo.

Os EUA temem que a aliança entre Venezuela e Bolívia represente uma radicalização política, além de facilitar movimentos de narcotráfico na região. Celso Amorim afirmou que a visita de Evo Morales a Cuba e à Venezuela não irá resultar em alguma mudança na correlação de forças da região ou na esquerdização do continente.

- **09 – janeiro – 2006 – O Globo**

Para Onu, General se matou.

Investigadores da polícia internacional da ONU indicam que o general brasileiro Urano Teixeira da Matta Bacellar, comandante da Minustah, suicidou-se. O militar foi encontrado morto com um tiro na boca no sábado, em seu quarto de hotel.

A Onu deu o caso como praticamente encerrado, a ponto de querer liberar o corpo para embarque para o Brasil ainda hoje. O chefe da missão da Onu no Haiti disse ontem que a ONU divulgaria um relatório sobre as circunstâncias da morte de Bacellar.

- **12 – Janeiro – 2006 – O Globo**

Brasil investiga denúncia de Chavez em relação à venda de aviões da EMBRAER

O ministro Celso Amorim afirmou que o Brasil está investigando a denúncia feita pelo presidente da Venezuela de que os Estados Unidos estariam dificultando a venda de aviões

da Embraer para aquele país. Chavez disse à imprensa venezuelana que seu governo está impedido de assinar qualquer contrato com a Embraer porque, como a tecnologia para fabricação de aeronaves é americana, os EUA não autorizam a empresa brasileira a concretizar a operação.

O presidente venezuelano destacou que a compra chegou a ser suspensa e revelou já ter conversado com o presidente Lula. Chavez avisou que poderá recorrer a outros fornecedores, como a China, que também fabrica aviões de treinamento, caças e bombardeiros.

O Chanceler Celso Amorim afirmou que os aviões a serem vendidos não tem poder ofensivo que possam ameaçar a segurança dos Eua e que inclusive já foram vendidos à Colômbia.

- **13 – Janeiro – 2006 – O Globo**

Programa nuclear iraniano levado ao Conselho de Segurança.

Depois de mais de 2 meses de tentativas de convencer o Irã a abandonar o seu programa de enriquecimento de urânio, a União Européia e os EUA resolveram assumir uma posição mais dura, levando o programa nuclear ao conselho de segurança.

- **13 – Janeiro – 2006 – O Globo**

Brasil é convidado pela ONU para continuar no comando da missão militar.

O assessor para assuntos internacionais da presidência da república afirmou que o Brasil não pretende sair do Haiti logo após as eleições. O presidente Lula afirmou que pensa em uma ação de longo prazo, contribuindo para a estabilização do país.

Num sinal de apoio ao Brasil, o departamento de missões para manutenção da paz da Onu convidou ontem o país a continuar liderando as forças de paz no Haiti.

O vice-presidente e ministro José Alencar disse no dia 11 que as tropas deverão sair do Haiti até o final do ano. A declaração não foi confirmada pelo Itamaraty. Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o prazo terá de ser decidido em conjunto e vai depender da evolução do Haiti depois do pleito.

- **14 – Janeiro – 2006 – O Globo**

Pesquisa mostra Bachelet 5 pontos frente.

Em comícios para milhares de pessoas, os 2 candidatos à presidência do Chile, a governista Michele Bachelet, de esquerda, e o opositor Sebastián Piñera, de direita, encerraram ontem à noite de suas campanhas. A pesquisa realizada entre os eleitores colocou Bachelet 5 pontos percentuais a frente de Piñera. Analistas afirmam que a vitória de Bachelet não é certa, mas provável.

- **14 – Janeiro – 2006 – O Globo**

Brasil domina tecnologia nuclear

Está previsto para o fim de janeiro a inauguração da fábrica de enriquecimento de urânio, construída em Resende pela Indústrias Nucleares do Brasil – estatal responsável pela produção de combustível – e com tecnologia da marinha.

O presidente da INB destacou que o Brasil é agora auto-suficiente no domínio da tecnologia no setor nuclear. Na produção de combustível nuclear, a fase de enriquecimento é a mais estratégica – praticamente a única que não acontecia no país.

Contudo, as pressões que o Irã tem sofrido dos EUA e da União Européia contra o desenvolvimento do enriquecimento do urânio naquele país, poderão resultar no adiamento da inauguração da fábrica brasileira.

Além do Brasil, só mais 8 países dominam esse tipo de tecnologia, considerada estratégica e não podendo ser transferida por possibilitar a fabricação de armas atômicas.

- **17 – Janeiro – 2006 – O Globo**

Haiti: missão de paz garante eleições no dia 7 de fevereiro.

Representantes dos governos latino-americanos participaram em Buenos Aires de uma reunião de emergência para analisar a situação do Haiti, pouco mais de uma semana depois da morte do general brasileiro Urano Teixeira da Matta Bacellar.

Após o encontro, o representante especial da ONU no Haiti assegurou que existem condições técnicas e logísticas para realizar as eleições presidenciais no dia 7 de fevereiro e defendeu a importância da comunidade internacional reforçar a ajuda econômica ao país que, dos US\$ 1,4 bilhões prometidos, recebeu US\$ 400 milhões.

- **17 – Janeiro – 2006 – O Globo**

Chile quer priorizar diálogo com América Latina

A nova presidente do Chile Michele Bachelet afirmou que a política externa do país irá priorizar a região, a América Latina e os países vizinhos, declarando que fará todo o possível para construir mais integração.

- **19 – Janeiro – 2006 – O Globo**

Crise dos mísseis opõe Evo Morales a militares

Evo Morales fez duras críticas às Forças Armadas de seu país, envolvidas numa crise diplomática desencadeada pelo envio aos EUA de 28 mísseis do Exército boliviano que, segundo informações de chefes militares, foram desativados ano passado por pressão da Casa Branca. O general Marcelo Antezana, que foi afastado do comando do Exército, afirmou que os EUA pressionaram para a desativação dos mísseis por temer uma vitória de Evo Morales.

Evo Morales pediu que as autoridades civis e militares envolvidas no caso sejam acusada de traição à pátria.

- **21 – Janeiro – 2006 – The Economist**

Revolução Democrática de Evo Morales repleta de desafios

Evo Morales será o 4º presidente da Bolívia em 3 anos e o 1º a ser eleito por maioria absoluta desde que a democracia foi restabelecida no país.

Antes das eleições, Morales assuntou as companhias estrangeiras de energia, principais investidoras da Bolívia, ao falar de nacionalização do gás; irritou os EUA ao se opor à radicalização da coca, assustou os homens de negócios das províncias ricas do leste ao falar de reforma agrária e controle estatal da economia.

Essas tensões não desapareceram mas Evo Morales tem procurado abrandar o seu discurso. Em visita à Venezuela, Evo Morales denunciou o neoliberalismo e o imperialismo. Contudo, mostrou pragmatismo ao declarar ao Brasil e à Espanha, seus dois maiores investidores, que a nacionalização dos gás não irá significar o fim dos contratos, a Bolívia irá honrá-los. Com os EUA, pediu uma relação baseada no respeito e cancelou a visita ao Irã.

Contudo, Evo Morales ainda possui muitos desafios, entre eles as promessas feitas aos movimentos sociais e o fato de só 3 dos 9 governadores provinciais serem do seu partido. Ainda, as tensões com mas cias de gás ainda precisam ser resolvidas e as relações com os EUA ainda não são de confiança.

- **21- Janeiro – 2006 – O Globo**

Presidente da Embraer crê que EUA retirarão veto à venda para Venezuela

O presidente da Embraer disse ontem que acredita na possibilidade de um entendimento que viabilize a venda de 24 aviões militares para a Venezuela, transação vetada pelos EUA. Como essas aeronaves tem tecnologia americana, os EUA podem exercer a proibição. A denuncia do veto a compra foi feita pelo presidente Hugo Chavez. O porta voz do departamento de Estado dos EUA afirmou que Chavez saiu a compra de equipamento militar alimentado pela arrecadação, resultado dos altos preços do petróleo. Para os EUA se trata de uma compra exagerada para as necessidades de defesa da Venezuela.

- **23 – Janeiro – 2006 – O Globo**

Oposição voltas às ruas na Venezuela

Opositores do presidente Hugo Chaves saíram às ruas para exigir que o governo substitua o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) antes das eleições presidenciais marcadas para dezembro. Os manifestantes pediam eleições limpas e apoiavam figuras de oposição que atualmente enfrentam processos, como o dirigente sindical Carlos Ortega e a jornalista Patrícia Pollo. A oposição acusa Chavez de dirigir um governo autoritário que controla todas as instituições do Estado, inclusive o parlamento e a CNE. A passeata pedia a nomeação de novos diretores para a CNE que sejam capazes de garantir a imparcialidade nas próximas eleições presidenciais. Os cartazes de Ortega e Patrícia refletiam a indignação de manifestantes contra o que consideram tentativas do governo de limitar a liberdade de expressão , abrindo processos contra meios de comunicação e jornalistas.

- **24 – Janeiro – 2006 – O Globo**

General Elito toma posse no Haiti

O general brasileiro José Elito Carvalho Siqueira assumiu ontem o comando das tropas da Minustah no Haiti. Ele substituiu o general Urano Teixeira da Matta Bacellar, que segundo os resultados das investigações suicidou-se no dia 7 de janeiro.

Ao assumir o posto, o general Elito afirmou que as tropas por ele comandadas não estão no Haiti numa missão de combate, mas de estabilização do país e que os direitos de pessoas inocentes serão respeitados.

- **28 – janeiro – 2006 – The Economist**

- **Evo Morales assume a presidência**

- No seu discurso de posse, Evo Morales saudou Che Guevara, denunciou o neoliberalismo e a erradicação da coca, falou da nacionalização dos recursos naturais e agradeceu a Hugo Chavez pelo apoio. Também pediu por investimento privado, por uma aliança contra o tráfico de drogas com os Eua e deixou no ar a possibilidade de apoiar o acordo de livre comércio da Américas caso as pequenas empresas fossem ajudadas.

- Morales está buscando a reconstrução do país e deixando todas na dúvida se isso será feito democraticamente ou através de revolução.

- **03 – fevereiro – 2006 – O Globo**

- **Tropas prontas para eleição no Haiti.**

- A missão de estabilização das nações unidas no Haiti está pronta para garantir a segurança durante as eleições presidenciais e legislativas do dia 7 de fevereiro. O comandante militar da missão afirmou que nos últimos dias foram intensificados os esforços para garantir segurança não só na eleição, como antes e depois. Ele informou que não haverá tropas da missão da Onu em todos os 800 centros eleitorais do país, mas que há forças de resposta rápida capazes de deslocar imediatamente para as áreas com problemas. Durante todo o período, as tropas ficarão em alerta até a implantação do novo governo.

- **03 – Fevereiro – 2006 – O Globo**

- **Programa Nuclear do Irã discutido na AIEA. Brasil a favor da decisão.**

Os membros da Aiea se reuniram no dia 2 de fevereiro para discutir se levarão o caso do programa nuclear do Irã ao Conselho de Segurança. O Irã afirmou a AIEA que caso isso aconteça, será interrompida a colaboração com a agência. \

O ministro das relações exteriores d Brasil afirmou que o país deverá posicionar-se a favor da decisão da AIEA desde que seja reconhecido o direito do Irã `a pesquisa nuclear pacífica, como qualquer outro país, e que seja dado um prazo para que os iranianos recuperem a sua credibilidade, uma vez que, por não terem dado todas as informações sobre seu programa nuclear, suscitaram dúvidas junto à comunidade internacional.

O Brasil defende uma saída diplomática e lembrou que a pesquisa nuclear está prevista no TNP, inclusive o enriquecimento de urânio.

- **04 – Fevereiro – 2006 – O Globo**

EUA decidem expulsar diplomata venezuelana

Os EUA ordenaram ontem a expulsão de uma diplomata venezuelana em represália a uma medida semelhante de Caracas, que na véspera ordenara a saída do adido naval americano sob acusação de espionagem. As expulsões marcam uma perigosa escalada nas tensões diplomáticas entre os 2 países, que antes se limitavam à troca de acusações.

- **05 – Fevereiro – O Globo**

Brasil vota a favor de denúncia contra programa nuclear Iraniano.

O conselho da AIEA aprovou no dia 4 de fevereiro o encaminhamento de uma denuncia contra o programa nuclear iraniano ao Conselho de segurança.

O Brasil foi uma das 27 nações que votaram a favor da denuncia, baseado no fato de que não serão adotadas ações imediatas ate a divulgação de um relatório da AIEA sobre o programa nuclear do país.

Representantes do Irã afirmaram que serão proibidas inspeções da ONU em suas instalações nucleares, declarando que se o programa nuclear do Irã for levado ao Conselho de Segurança será o fim da diplomacia

- **08 – Fevereiro – 2006 – Washington Post**

After Chaotic Start in Haiti, Election Lurches Forward.

A primeira eleição do Haiti desde a violenta saída do presidente Jean-Bertrand Aristide dois anos atrás, iniciou de forma caótica, mas com o decorrer do dia foi sendo controlada e terminou de forma ordenada.

- **08 – Fevereiro – 2006 – The Guardian**

Dial M for Morales: Bush's phone offensive .

It would normally have been seen as a routine courtesy. But when Bolivia's newly elected populist president, Evo Morales, received a congratulatory telephone call from the White House last week, he confessed he was surprised. The US has made no secret of its concerns over Mr Morales's plans to legalise coca cultivation, strengthen state control of Bolivia's energy resources, and his fraternal links with Hugo Chávez, Venezuela's fiercely anti-American leader. But here was George Bush on the phone commending Bolivia's "strong commitment to the democratic process" and, says his spokesman, urging "constructive dialogue".

It is a measure of the US's uneasy relations with many Latin American governments that Mr Bush's call was regarded as unusual. Conventional wisdom, after a raft of election successes by left-of-centre politicians and a fractious regional summit in November, is that the US is losing control in its own backyard.

But Mr Bush has increasingly urgent reasons to raise his game. They include Mr Chávez's confrontational stance, his regional oil politics and his alliance with Fidel Castro's Cuba. This week he called on Venezuelans to arm themselves and "launch a counter-attack against US imperialism". His speech followed tit-for-tat diplomatic expulsions.

Mr Bush's conciliatory words were echoed by General Bantz Craddock, commander of US southern command, who said Washington could and should work with Mr Morales. Playing to the Bolivian leader's radical bent, he said the biggest threat to regional security was poverty and social inequality.

Coincidentally, perhaps, the US has begun inviting Bolivian indigenous student leaders, a key Morales' constituency, for free, month-long trips. Potentially more influential is the dangled carrot of free trade agreements and reduced tariffs.

Pulling these and other levers, the US hopes to thwart Mr Chávez's attempts to broaden his anti-American alliance. And for all his talk of revolutionary solidarity and multinational oil company "conspiracies", Mr Morales may yet succumb to Washington's blandishments.

Overcoming his surprise at Mr Bush's call, he made one request: lower US trade barriers. If he wanted to discuss it, he said, the man Mr Chávez dubs "Mr Danger" was welcome to visit any time.

- **08 – Fevereiro – 2006 – O Globo**

Morales diz que multinacionais querem desestabilizá-lo.

O presidente da Bolívia, Evo Morales, fez ontem uma inesperada denúncia contra empresas multinacionais que, segundo ele, estariam orquestrando um complô contra seu governo. Líder do Movimento ao Socialismo (MAS), Morales não deu nomes, mas disse que “já existem conspirações de algumas multinacionais”, que estariam armando um plano para abalar a estabilidade política de seu governo, iniciado em 22 de janeiro.

A denúncia foi minimizada por outras fontes do governo, bem como representantes diplomáticos em La Paz. Em meio a uma onda de rumores desencadeada pelas declarações do presidente, chegou ao país o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia. Enviado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele será recebido hoje por Morales. Ontem, reuniu-se com os ministros das Relações Exteriores, dos Hidrocarbonetos e também com o presidente da estatal Yacimientos Petrolíferos Bolivianos (YPFB).

O objetivo da visita do assessor é fazer um levantamento sobre áreas em que o governo brasileiro poderá cooperar com a Bolívia. Será enviada uma missão técnica ao país e os acordos deverão ser assinados numa futura visita do presidente boliviano ao Brasil. Segundo Garcia, nenhum dos ministros com os quais se reuniu mencionou as denúncias de conspiração.

Na próxima sexta-feira, desembarcará na Bolívia uma missão de autoridades da Petrobras. O governo boliviano quer recomprar duas refinarias atualmente em mãos da estatal brasileira, localizadas em Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba.

- **10 – Fevereiro – 2006 – Washington Post**

For Venezuela, U.S., a (Very) Little Civility.

After an especially ugly week in the hostile relationship between the Bush administration and the government of Venezuelan President Hugo Chavez, Venezuela's envoy here tried yesterday to salvage some civility, saying his country sought "mature and rational relations" with Washington and would remain a "reliable" source of energy to all foreign customers, including the United States.

The State Department responded in kind, with its spokesman saying Washington was "open to a good relationship with Venezuela" and hoped for a "positive one." The spokesman, Sean McCormack, said that the two countries were cooperating in the fight against drugs and that the administration was prepared to work with governments across the political spectrum, including those with "left-of-center" views.

But the exchange did little to dispel a growing sense among officials and analysts that the current political breach between Caracas and Washington -- still major oil trading partners and former longtime democratic allies -- is becoming potentially irreparable.

In the past week, Defense Secretary Donald H. Rumsfeld has compared Chavez to Adolf Hitler, and the administration's top intelligence official, John D. Negroponte, has condemned his ties with Iran and North Korea. Venezuela has expelled a U.S. naval attache on charges of spying, and Washington has expelled a senior Venezuelan diplomat in return.

Meanwhile, rumors have circulated in both capitals that the United States may put Venezuela on a list of states that sponsor terrorism, a designation that would make it ineligible for most U.S. aid and programs. A State Department spokesman yesterday declined to say whether such a move was being considered.

There were other signs that the antagonism was hardening between the United States and Chavez, a self-styled revolutionary leader and protege of Cuba's Fidel Castro. First elected president in 1998 and reelected in 2000, he survived a coup attempt two years later and has since repeatedly accused the United States of seeking to overthrow him. He has vowed to thwart a U.S.-backed hemispheric free-trade pact and forge an alternative economic pact within Latin America.

- **10 – Fevereiro – 2006 – NY Times**

Candidate of Haiti's Poor Leads in Early Tally With 61% of Vote .

Unofficial electoral results that had been carried in by mules, trucks and helicopters from polling centers across the country appeared Thursday to give an early lead to René Prével, a former president considered a champion of the poor masses and a thorn in the side of the elite.

The Provisional Electoral Council announced Thursday night that Mr. Prével had won 61 percent of the 15 percent of the votes tabulated from the election Tuesday, including 67 percent of the votes counted so far in the department that includes Port-au-Prince.

While several of his opponents quietly began to move toward conceding, others cautioned that it was still too early to declare a winner, and the political hostilities that have kept this country near the brink of anarchy lingered in the air.

Heavily armed gang members who control some of the slums that are Mr. Prével's political strongholds have threatened violence if he is not declared the winner with more than 50 percent of the votes, thereby avoiding a runoff election. It was also from the slums that Mr. Prével's mentor, the former president, Jean-Bertrand Aristide, drew his political strength.

A spokesman for Charles-Henry Baker, a wealthy factory owner considered the candidate of the tiny elite, said his campaign had begun preparing charges of fraud to try to stop Mr. Prével from winning power.

As Haiti, a country of 8.5 million people, braced for final results, which are not expected until this weekend, it was not easy to tell whether the nation was on the verge of its first real steps out of anarchy, or set to plunge into another cycle of political upheaval.

- **13 – Fevereiro – 2006 – Washington Post**

Haitian Official Alleges Vote Manipulation.

A top election official called for an investigation into allegations the results of Haiti's presidential election were being manipulated. Thousands of Rene Preval supporters thronged the streets, threatening violence if the front-runner is not declared the winner.

Pierre Richard Duchemin, an electoral council member, said Sunday he needs access to tallies of vote counts if he is to learn who was behind the alleged manipulation.

With 75 percent of votes counted, Preval was falling short of winning Tuesday's elections outright by less than a percentage point. His supporters converged on the electoral council headquarters on Sunday, blowing horns, pounding drums and denouncing Jacques Bernard, director-general of the nine-member council. Bernard denied accusations the council voided many votes for Preval, a former president widely supported by Haiti's poor masses.

Suspicion has risen among many Haitians that the results were being manipulated in the five days since voters turned out in droves to elect a new government. It will replace an interim government installed after then-President Jean-Bertrand Aristide was ousted in a bloody rebellion two years ago.

U.N. spokesman David Wimhurst said tally sheets with vote results have been found in the garbage, but he said the discovery was not necessarily evidence of fraud as they may have been simply mishandled by election workers.

He said 136 tally sheets containing the results of possibly thousands of votes were still unaccounted for in Port-au-Prince, but added that sheets were still being delivered piecemeal from various districts.

About 125,000 ballots _ or 7.5 percent of the votes cast _ have been declared invalid because of irregularities. Another 4 percent of the ballots were blank but were still added into the total, making it harder Preval to obtain the necessary margin.

Patrick Fequiere, another electoral council member, said on local radio that Bernard was releasing results without notifying other council members, who did not know where Bernard was obtaining his information.

Preval was leading 33 candidates with 49.1 percent of the vote, short of the 50 percent plus one vote he needs to avoid a March 19 runoff with the runner-up. Leslie Manigat, also a former president, was second with 11.7 percent of the vote.

- **13 – Fevereiro – 2006 – Washington Post**
Allegations Cloud Haitian Vote Count.

Hundreds of people marched through the streets of this remote mountain town Sunday, waving leafy bamboo shoots, banging drums and cheering to celebrate Rene Preval's lead in the Haitian presidential election.

But allegations by a member of Haiti's electoral commission about vote-tampering roiled the capital of Port-au-Prince, where thousands protested outside the hotel where commission members have been releasing partial results since Thursday. Electoral commissioner Pierre Richard Duchemin, whose comments were broadcast widely on radio, accused the commission of manipulating the count and refusing to tell the public that Preval had 52 percent of the vote, enough to avert a runoff and take the presidency.

The slow pace of counting ballots has tipped what was seen as Haiti's most successful election ever -- a huge, peaceful turnout of voters despite a chaotic start to balloting -- into another volatile crisis. On Sunday, the crowd in the capital blocked streets leading to the Hotel Montana, making it nearly impossible for commission members to attend a news briefing.

Preval, who lives in a small white stucco house on the town square here, a six-hour drive from the turmoil of the capital, remained confident that he was about to complete a remarkable political comeback after five years of retirement. But he was suspicious of the electoral commission. At one point, he stepped onto his porch, dancing across the tile floor and singing, " Yo vole vot nuo " -- in lyric Creole, "They're stealing our votes."

Marmelade pulsed with a joyous clamor throughout the day. In the town, Preval has conducted experiments in cooperative farming that he hopes to expand throughout this desperately poor nation. On Sunday, small boys blew homemade horns, women dressed in white sang spirituals and processions of gangly children followed a "baron" -- a voodoo lord of the dead dressed in a burlap mask and flouncy skirt -- through the streets.

- **13 – Fevereiro – 2006 - Clarín**

Las elecciones presidenciales que vienen: los desafíos de América latina .

Hace unos años, cuando recién asumía con un fuerte respaldo, el presidente peruano Alejandro Toledo dijo en un reportaje con Clarín: "El crecimiento macroeconómico de la economía es un buen dato, pero el problema es que no llega a la gente". Cinco años después, termina su mandato con la popularidad por el piso y su

partido sin candidato presidencial, pese a que el país creció un 5%. Nada muy distinto democracias que en términos formales cumplen con los requisitos, pero que se muestran incapaces de dar respuestas a las necesidades populares ocurre en el resto de los países de América latina, que en 2006 elegirán nuevos gobiernos.

Ese hecho está provocado un vuelco en muchos países, legitimando a través de las urnas a movimientos que desde el llano levantaban un discurso "antisistema" y que desde distintas ópticas son caracterizados como "nueva izquierda" o peyorativamente "populismo" a secas. Perú, Colombia, México, Brasil, Ecuador, Nicaragua y Venezuela tendrán elecciones a lo largo del año, con matices, todos los presidentes que surjan de los comicios tendrán aquel desafío y el de lidiar con EE.UU., siempre desconfiado de lo que ocurre en su "patio trasero".

El Perú de Toledo abrirá la agenda electoral en abril con Lourdes Flores, una candidata de la derecha clásica, consolidada en el primer lugar de las intenciones de voto, la elegida del establishment. Una alternativa bien vista por EE.UU., pero que abre interrogantes acerca de cómo conducirá a un país con enormes desigualdades sociales.

Detrás en los sondeos se encolumnan el ex militar nacionalista Ollanta Humala un producto de la escasa respuesta de los partidos a las necesidades populares y el ex presidente Alan García del APRA con su discurso que oscila entre el "populismo" y los históricos postulados de centroizquierda del partido fundado por Haya de la Torre.

Las elecciones en Colombia parecen estar resueltas desde el momento en que el presidente Alvaro Uribe un fiel aliado de Washington logró que la Corte Constitucional avalara la reelección, prohibida en 1991.

Su casi seguro triunfo restará saber si en primera frente a una oposición fragmentada no hará más que legitimar su política de "Seguridad Democrática" (guerra abierta) contra la guerrilla de la FARC, el cuestionado plan de desarme de paramilitares, los permanentes choques con su colega venezolano Hugo Chávez y los más recientes con Ecuador, a raíz de las constantes incursiones de las FF.AA. en su territorio, persiguiendo a la guerrilla. La clave está en las legislativas de marzo, en las que Uribe buscará una mayoría más cómoda que la actual que le permita seguir sin sobresaltos por cuatro años más.

México es el gran interrogante. La pelea electoral está planteada entre el candidato del centroizquierdista Partido de la Revolución Democrática y ex alcalde de ciudad de

México, Andrés Manuel López Obrador, el favorito y por primera vez con reales posibilidades de llegar al poder. En segundo lugar aparece el oficialista Felipe Calderón, del conservador PAN y más retrasado Roberto Madrazo, del PRI.

Por el momento, Hugo Chávez no parece tener rivales en su intento por gobernar Venezuela hasta 2013. Si bien la campaña no se inició, Julio Borges, del partido Primero Justicia (centroderecha) inició en enero una gira por todo el país. También lanzó su candidatura Roberto Smith, ex ministro del presidente Carlos Andrés Pérez. Pero si la oposición no logra encolumnarse detrás de un único candidato, será muy difícil parar a la maquinaria chavista.

La gran batalla electoral será sin dudas Brasil. Entre un Lula da Silva que aún no se decide si buscará la reelección aunque todo hace suponer que sí y el socialdemócrata PSDB del ex presidente Fernando Henrique Cardoso, que tiene en las gateras al alcalde de San Pablo José Serra y a Geraldo Alkmin, gobernador paulista.

Golpeado por los escándalos de corrupción que sacudieron al PT, y que luego se extendieron al resto de los partidos, Lula había caído en los sondeos, pero en las últimas semanas su imagen cobró fuerza, sobre todo por el viento a favor con el que se mueve la economía y los ambiciosos proyectos que lanzó para sectores populares. Para Data Folha, el 77% de los brasileños aprueban su gobierno. Hoy está empatado con Serra y le ganaría a Alkmin.

La crisis de representatividad de la democracia en Ecuador es un caso crónico: el último presidente que finalizó su mandato fue Sixto Durán Ballén, en 1996. Abdalá Bucaram, Jamil Mahuad y Lucio Gutiérrez fueron eyectados por febriles movilizaciones, encabezadas por indígenas y pobres.

Aunque aún no se definieron todas las candidaturas, León Roldós que se define de "izquierda" es el favorito. Podría competir con el ex presidente León Febres Cordero, del Partido Social Cristiano, y Rafael Correa, un economista de izquierda contrario al TLC y que tuvo un fugaz paso por el actual gobierno de Alfredo Palacio como ministro de Economía.

Nicaragua representa para EE.UU. un dilema: escenario de la guerra en América Central en los 80, allí el sandinismo puede volver al poder de la mano del ex presidente

Daniel Ortega, a quien Washington desestabilizó por todos los medios y colaboró en el triunfo de Violeta Chamorro, en los 90

- **14 – Fevereiro – 2006 – Washington Post**

Haitians Angry Over Election Take to Streets.

Haiti's hopes for a peaceful presidential election exploded Monday in a torrent of violence as mobs overturned cars, set piles of tires ablaze and built elaborate roadblocks across major highways, protesting delays in the vote count and alleged fraud in last Tuesday's balloting.

Demonstrators paralyzed cities across the country, from Cap-Haitien in the north to this impoverished seaside capital, where tens of thousands of people took to the streets to demand that Rene Preval -- a former president and favorite of this city's poor -- be named president.

Haiti's distinctive "tap-taps," the colorfully painted trucks that ferry hundreds of thousands of passengers a day, were effectively stilled by roadblocks, set up by armed thugs demanding bribes, on the major arteries connecting cities.

In Port-au-Prince, at least one protester was killed, a luxury hotel was occupied by demonstrators and the international airport was closed. There were reports that U.N. peacekeeping forces had shot into the crowds, but U.N. officials here said they had fired only into the air.

U.N. troops did not intervene when a boisterous crowd burst into the Montana Hotel, where election results were being prepared, and ran through the halls and jumped into the pool.

Hoping to quell the unrest, Preval -- who is far ahead of all rivals with 90 percent of votes counted -- flew to the capital late Monday on a U.N. helicopter from his home town in a remote mountain village. Preval had urged calm in recent days, but he had also stoked emotions among followers by accusing Haiti's electoral commission of lowering his vote total to force him into a runoff and by mockingly singing, "They're stealing our votes," on his porch.

"We have questions about the electoral process," Preval told reporters late Monday after meeting with the top U.N. official in Haiti and ambassadors from the United States, France, Canada and Brazil. "We want to see how we can save the process."

Interim Prime Minister Gerard Latortue also appealed for calm, saying in a nationally broadcast address: "People, don't stay in the streets. I'm asking you to go home. . . . The transitional government is not stealing your vote."

Transportation between cities almost completely stopped with more than 100 roadblocks on main roads between Cap-Haitien and Port-au-Prince. Thousands of Haitians walked for hours along this nation's pitted highways. Others idled at roadblocks, arguing politics and trying vainly to squeeze their pickup trucks or cars past the barriers. Some of the roadblocks were marvels of rapid-fire construction, with stacked stones and looping chains. In other places, protesters dragged the rusted frames of buses and trucks into the roadways, piled logs or set fire to old tires.

The chaos flourished in the almost total absence of law enforcement, except for selected areas of the capital. Political protest gave way to economic opportunism in many rural areas, as young men with pistols stuffed into their belts collected tolls at roadblocks and set up byzantine systems for ushering those who were willing to pay from one checkpoint to the next.

"That's Haiti," Melais Dieujuste, 40, said dejectedly at a roadblock in St. Marc, a small town west of Port-au-Prince. "Everybody does anything they want. They kill people, block the road, anything."

Smoke was already rising above the mountains before dawn Monday near Preval's home in Marmelade, where he had been monitoring the vote count for almost a week. At a crossroads less than an hour's drive from Preval's home, a lanky teenager named Pierre Jacky thrust his fist into the air as another pile of tires went up in flames.

"They are plotting to keep Preval from being president," Jacky said of Haiti's electoral commission. "We are going to show the world that we are behind our president."

Preval, who was president from 1996 to 2001 and came out of quiet retirement to run for his old job, has an overwhelming lead in the presidential race. But his advantage has

shrunk each day since partial results were first announced on Thursday, dipping from 61 percent to 48 percent.

If that last figure holds, Preval will be forced into a risky runoff, in which he could face a coalition of opposition groups. Violence is also feared because of the increasingly tense mood since the election in Port-au-Prince's huge slums, where Preval is popular.

A member of Haiti's electoral commission said this week that he suspected the commission of manipulating the vote totals to prevent a first-round victory for Preval. Suspicions have been raised because of a huge number of invalidated votes, topping 7 percent of all votes cast, according to partial results.

Word also has been spreading about a "quick count" conducted by international observers, which used sampling methods applied in elections in Latin America and the Caribbean. It gave Preval 54 percent of the vote.

A successful election has been viewed as crucial to returning Haiti to some semblance of political and economic order. The election was held two years after President Jean-Bertrand Aristide, a charismatic former priest turned politician, was forced from power and fled into exile in South Africa.

Preval is not considered nearly as flamboyant, but the depth of his popularity was on display more than ever on Monday.

At a roadblock outside Gonaives, the thugs weren't budging, but a Haitian driver displayed a photo on his cell phone of him next to Preval. A cheer went up. And the roadblock disappeared.

- **14 – Fevereiro – 2006 – Clarín**

Lourdes Flores sigue primera en Perú .

A menos de 60 días de las elecciones presidenciales del 9 de abril, la candidata de derecha, Lourdes Flores, cuenta con el 35% de intención de voto a nivel nacional, mientras su más cercano adversario, el nacionalista, Ollanta Humala, cuenta con el 25%, según el mayor sondeo realizado en lo que va de la campaña electoral.

Pero sus adversarios cuestionaron la validez de la encuesta, que fue realizada entre el 8 y 10 de febrero.

Humala, del Partido Unión por el Perú (UPP), conseguiría según Apoyo, el 25% de votos válidos, el ex presidente Alan García del Partido Aprista, el 17%, el ex presidente provisional, Valentín Paniagua, del Frente de Centro, el 8%, y la congresista Martha Chávez, de la Alianza para el Futuro, que reúne a los grupos simpatizantes del ex presidente Alberto Fujimori, el 6%.

La primacía de Flores no cayó bien entre sus adversarios, quienes alegan que la metodología de la encuestadora "infla" la intención de voto a favor de la candidata de Unidad Nacional. Alan García acusó ayer a Apoyo de "ocultar y manipular los resultados" de su último sondeo para favorecer a Flores, y llamó "escandaloso" el hecho de que para esa encuesta sólo se haya considerado los votos válidos y no todas las respuestas.

- **14 – Fevereiro – 2006 – O Globo**

Colômbia: protesto em embaixada brasileira.

Cerca de 50 membros de uma organização de parentes de policiais e soldados mortos por rebeldes colombianos fizeram ontem uma manifestação em frente embaixada do Brasil em Bogotá para exigir a extradição de um dirigente das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) preso no Brasil.

Os familiares dos mortos com sua enérgica presença protestam diante da representação diplomática brasileira para que não dêem asilo político ao guerrilheiro Antonio Cadena Collazos, conhecido como Oliverio Medina e padre Camilo disse Rodrigo Obregón, líder da Fundação Colômbia Ferida.

No ano passado, citando um documento da Agência Brasileira de Intelig ncia (Abin), a revista “Veja” apontou Collazos como uma espécie de porta-voz das Farc no Brasil que em 2002 teria anunciado numa suposta reunião de políticos nos arredores de Brasília uma doação de US\$ 5 milhões para a campanha de petistas. O PT negou veementemente a acusação.

Collazos foi detido em agosto no Brasil e, para Obregón, o protesto “mostra claramente que o governo brasileiro e a sociedade não podem ver como político um assassino”. Padre aposentado, ele é acusado de crimes de rebelião e terrorismo.

Pedido pela Colômbia, o processo de extradição deverá se arrastar por meses no Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de preso, Collazos pediu refúgio político ao

Conselho Nacional de Refugiados). Desde então, o processo de extradição pedido pelo governo colombiano está suspenso. Para ser retomado, depende de uma decisão do STF.

- **08 – Março – 2006 – Clarín**

Bolivia no devolverá armas a EE.UU.

El presidente de Bolivia, Evo Morales, ordenó no desarmar la Fuerza Contraterrorista Conjunta ni devolver ningún armamento a Estados Unidos tras la "descertificación" de esa unidad, motivada, según el mandatario, en que su gobierno no aceptó cambiar un comandante, como pedía Washington.

La primera reacción de Morales no bien conoció la decisión de "descertificar" a la unidad de elite antiterrorista anunciada por el comandante del Grupo Militar norteamericano en La Paz, coronel Daniel Barreto, fue la de rechazar el "chantaje" y el intento de fuerzas externas de "intimidar y amedrentar".

Barreto comunicó el 3 de marzo que la asistencia de cooperación y entrenamiento a la Fuerza Contraterrorista Conjunta (FCC) "será recortada de inmediato debido a los recientes cambios de comandantes en la unidad".

Morales respondió inmediatamente que "porque no aceptamos el veto o el cambio de un comandante vienen chantajes de un grupo de las Fuerzas Armadas de Estados Unidos".

Luego endureció aún más su postura al decir, citado ayer por el diario pace o La Prensa, que "en una reunión con el Alto Mando militar decidimos que las Fuerzas Armadas tienen la tarea de no entregar ningún armamento al gobierno de Estados Unidos".

Por su parte, un comunicado de la Embajada de Estados Unidos en La Paz se aló hoy que el recorte de la asistencia a la FCC no debe afectar la "amplia gama de relaciones constructivas" que Washington mantiene con Bolivia, lo que fue interpretado como un intento de bajarle el tono al diferendo.

- **16 – Março – 2006 – Clarín**

Paro indígena y bloqueo de rutas en Ecuador .

El gobierno de Ecuador intenta extinguir el fuego de una protesta indígena contra el acuerdo de libre comercio con Estados Unidos (TLC), que se propaga por las provincias con bloqueos de rutas y choques con la Fuerza Pública, que precipitaron la renuncia del

ministro del Interior, Alfredo Castillo. En algunos mercados de Quito ya hay desabastecimiento.

Al cabo de tres días de levantamiento, que dejan siete heridos y 16 detenidos, el gobierno se acercó a los indígenas en una gestión que coincidió con la dimisión de Castillo, un ex comunista que adujo desacuerdos con el manejo oficial de las manifestaciones de los sectores sociales.

"Lamentablemente, hay quienes todavía creen que los fusiles son la mejor forma de resolver la situación", dijo el funcionario, cuya renuncia "verbal" fue aceptada por el presidente Alfredo Palacio. Castillo, el tercer ministro del Interior que deja sus funciones en once meses de gobierno, consideró en su momento legítimos los reclamos sociales defendiendo siempre el diálogo, en contraste con otros miembros del gabinete opuestos a una salida bajo presión y partidarios del uso de la fuerza. Horas antes de la renuncia, su viceministro, Felipe Vega, sostuvo un diálogo con los indígenas en uno de los escenarios del levantamiento.

Tras el diálogo, Vega, posible sucesor de Castillo, dijo que el Ejecutivo dará respuesta en las próximas horas a las inquietudes de los indígenas. Luis Macas, presidente de la Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador (Conaie), afirmó: "Nosotros no nos cerramos al diálogo."

"Si es que Palacio no tiene la voluntad de hablar con el pueblo; si no está en la voluntad de consultar el TLC, nosotros le estamos diciendo que como él ha dicho que se quiere ir a la casa, ése es el mejor camino", añadió.

La conversación se desarrolló en el marco del levantamiento que mantiene bloqueadas carreteras de 10 de las 22 provincias y la ocupación pacífica de la Catedral de Quito. La protesta recibió ayer el apoyo de estudiantes quiteños, que protagonizan disturbios. La Conaie y otros sectores sociales reclaman al presidente Alfredo Palacio que se retire inmediatamente de las negociaciones del TLC con EE.UU. y que convoque una consulta popular para decidir sobre el acuerdo.

Además, plantean la nacionalización del crudo, la expulsión de la petrolera norteamericana Oxy (que tiene un pleito con el Estado) y la anulación de un acuerdo antidrogas que permite a EE.UU. el acceso y uso de una base militar ecuatoriana por diez años.

- **22 – Março – 2006 - NY Times**

Estados Unidos indiciam 50 líderes de rebeldes colombianos por tráfico de cocaína

Um júri federal em Washington indiciou 50 comandantes do maior grupo rebelde marxista colombiano, acusando-os de gerenciar um extenso cartel de tráfico de cocaína que protege suas operações através de assassinatos e intimidação.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia são acusadas de estarem por trás de 50% do comércio mundial de cocaína e 60% das exportações para os EUA.

O impacto dessa acusação ainda permanece incerto, uma vez que 47 dos 50 comandantes ainda permanecem livres no território colombiano, liderando esforços contra o governo do Presidente Álvaro Uribe. Três deles estão sob custódia colombiana e os EUA estão buscando por sua extradição.

- **24 – Março – 2006 - Clarín**

Bolívia apura uma reunião na OEA para sua saída ao mar .

O presidente da Bolívia, Evo Morales, pediu uma reunião "urgente" na Organização dos Estados Americanos (OEA) para tratar da demanda de seu país ao Chile sobre uma saída para o mar, e considerou que "chegou a hora" de resolver esse tema "de povo a povo".

Morales tratou este tema até esse mês com o presidente chileno Ricardo Lagos e com sua sucessora Michelle Bachelet. Os diálogos foram muito positivos considerando que ambos países não tem relações diplomáticas desde 1978.

Ontem a Bolívia comemorou o Dia do Mar e, como a cada ano, houve protestos pela perda de seu território litoral para o Chile em 1904, formalizada pelo Tratado Corolário da Guerra do Pacífico. Justamente, o 23 de março relembra a batalha de Calama que em 1879 iniciou esse contencioso.

Na praça central de São Francisco, diante de milhares de manifestantes, Morales afirmou: "Pedimos a OEA uma reunião urgente, de emergência, uma reunião extraordinária com um tema único: mar para Bolívia".

- **24 – Março – 2006 – Clarín**

Oferta Chilena .

A simultaneidade de mandatos de Evo Morales com Michelle Bachelet, como antes com Ricardo Lagos, abre esperanças de solução ao pedido marítimo da Bolívia. O cenário não poderia ser melhor, o que não quer dizer que será fácil. Morales e Bachelet controlam, em graus distintos, seus Congressos, mas ambos os lados recebem pressões nacionalistas, e o Peru é um terceiro em discordância com capacidade de pressão, e ontem o chanceler chileno Alejandro Foxley, democrata-cristão, disse que não mudará nada no Tratado de 1904. Além disso, não falta quem recomende a Bachelet que não marque seu mandato com uma questão tão delicada. Por outro lado, é possível que o governo aposte nessa conciliação, ainda que arriscada significaria um avanço histórico na integração regional.

A oferta chilena, não oficial, tem duas fases e foi acertada em uma reunião chileno-boliviana reservada na Argentina em 2002. As discussões foram atrasadas em 2003 pela guerra do gás na Bolívia, tema vinculado a saída para o mar.

A primeira fase consistiria em dar à Bolívia uma Zona Especial com "soberania funcional" ou administrativa, não soberania plena, em um porto do Pacífico. Seria na segunda região chilena (Antofagasta, que era da Bolívia, não na primeira., que era do Peru), em Mejillones e Patillos, que tem entre 600 e 1.000 hectares e concessionadas por 99 anos. Haveria facilidades de trânsito mas no corredor que liga à Bolívia. Isso aconteceria na segunda fase e envolve uma soberania real. O grande problema é que o Peru não cederá sua fronteira com o Chile em Arica e o Chile não partirá seu território. Serão necessárias mais negociações para que esse problema seja resolvido. Os governos de Brasil e Argentina tem servido com mediadores da situação. Lula aconselhou a Morales que seja paciente, sabendo da delicadeza do problema.

- **08 – Abril – 2006 – O Globo**

Governo restringe uso de gás natural devido a corte de fornecimento da Bolívia.

O governo federal decidiu ontem adotar um plano emergencial de racionamento de gás natural nos estados das regiões Sul e Sudeste do País, devido à redução drástica, nos últimos dias, das importações do produto pela Petrobrás vindo da Bolívia.

De acordo com a Petrobrás, o problema no fornecimento foi causado pelas fortes chuvas que estão caindo na região do chaco boliviano, onde estão localizados os campos produtores de gás da estatal brasileira.

- **17 – Abril – 2006 – O Globo**

Acirrada disputa por uma vaga no segundo turno das eleições presidenciais no Peru .

A disputa por uma vaga no segundo turno das eleições presidenciais no Peru tornou-se ainda mais acirrada ontem com a contabilização dos votos vindos do exterior. A conservadora Lourdes Flores chegou ainda mais perto do ex-presidente Alan Garcia. Com 89,5% dos votos apurados, permanece a indefinição sobre quem será o adversário do ex-comandante do Exército, Ollanta Humala, que já conta com 30,9% dos votos. O segundo turno irá acontecer um mês depois da divulgação oficial do resultado do primeiro turno.

- **17 – Abril – 2006 – O Globo**

Pesquisa demonstra que Flores recupera favoritismo no Peru.

A última pesquisa eleitoral no País colocou a candidata direita Lourdes Flores na liderança. De acordo com a pesquisa, Flores teria 27,6% das decisões de voto contra 25,9% de Humala e 24,9% de Alan Garcia. Os candidatos à presidência encerraram duas campanhas em clima de indefinição. Segundo analistas, qualquer coisa pode acontecer no domingo, quando serão realizadas as eleições.

- **19 – Abril – 2006 – O Globo**

Chavez reforça milícias civis na Venezuela.

O conflito entre Estados Unidos e Venezuela está levando o presidente Hugo Chavez a reforçar o treinamento de milícias civis em seu país. O crescimento da Unidade de

Reservista desperta preocupação entre opositores do presidente, que temem sua utilização para reprimir protestos contra o governo.

O presidente Hugo Chavez afirmou que os militares venezuelanos trabalham com a hipótese de uma invasão americana. Paralelamente, está sendo criada a Guarda Territorial, que participaria de eventuais operações de resistência civil.

- **19 – Abril – 2006 – O Globo**

Morales enfrenta protestos na Bolívia.

Ontem Morales enfrentava uma onda de protestos regionais, sindicais e desentendimentos com o Poder Judiciário por questões salariais. A situação pode se agravar no fim da semana se a greve geral convocada pela Central Operária Boliviana conseguir uma ampla adesão e paralisar o país.

- **21 – Abril – 2006 – O Globo**

Manifestações desafiam Evo Morales

A Central Operária Boliviana (COB) convocou para hoje uma greve geral, enquanto o poderoso comitê autonomista do departamento de Santa Cruz deu menos de uma semana para o governo atender às suas reivindicações. Caso contrário, realizará uma paralisação na região. A COB cobra a promessa de campanha de Morales de nacionalizar os hidrocarbonetos. Exige ainda que o salário mínimo seja elevado para o equivalente a US\$ 187. Além da paralisação, a central sindical promete passeatas para hoje. No entanto, apenas os sindicatos dos professores e dos profissionais da saúde haviam garantido a participação no protesto. O principal dirigente da central trabalhista da cidade de El Alto informou que seus membros não vão aderir à greve por considerá-la inoportuna. Ao mesmo tempo, o comitê cívico de Santa Cruz deu seis dias para Morales ratificar a polêmica licitação da reserva de ferro de El Mutún, destinar mais verba para a educação e a saúde e criar mais empregos.

- **25 – Abril – 2006 – O Globo**

Evo Morales ameaça expulsar da Bolívia empresa Siderúrgica brasileira

O presidente Evo Morales ameaçou expulsar a siderúrgica brasileira EBX se esta não deixar a Bolívia voluntariamente. A empresa é acusada de ter iniciado a construção de uma fábrica de aço na cidade de Puerto Suarez, perto da fronteira com o Brasil, sem autorização do governo boliviano. A EBX também está sendo investigada pela Procuradoria Geral da Bolívia por supostamente ter insuflado um protesto na semana passada, que culminou no bloqueio de estradas e no seqüestro de 3 ministros por 13 horas. A população local apóia a empresa, que prometeu 620 empregos na região. A empresa também teve licença ambiental negada porque o processamento de 450 mil toneladas de carvão vegetal resultará na derrubada de 250 mil hectares de florestas. Na semana passada a EBX declarou não ter causado danos às florestas por ainda estar na fase de organização e construção. Assegurou que a presença na Bolívia não é ilegal e que espera um diálogo franco com os dirigentes bolivianos.

- **26 – Abril - 2006 – O Globo**

Lula tenta aparar arestas entre países latinos.

Preocupado com a ameaça ao projeto de integração regional, o presidente Lula iniciou ontem uma ofensiva pra aparar as arestas na América do Sul. Os acordos firmados por Colômbia e Peru com os Estados Unidos levaram o presidente da Venezuela, Hugo Chavez, a anunciar a sua saída do bloco. Lula conversou sobre o assunto com o presidente colombiano, Álvaro Uribe, que assegurou que o acordo com os americanos não prejudicará as relações entre a comunidade andina e o Mercosul. O governo brasileiro afirmou que não gostaria de se envolver nos conflitos do bloco andino, mas teme que a crise atrapalhe o projeto maior de integração.

O presidente Lula irá se encontrar hoje com os presidentes da Argentina e da Venezuela. Ele conversará com Chavez sobre a proposta de paz colombiana e pedirá mais compreensão a Kirchner em sua briga com o presidente uruguaio. O Uruguai está impedido pelos argentinos de instalar duas fábricas de celulose na fronteira. Esse é apenas um dos motivos de queixa do Paraguai, que, como o Uruguai, está insatisfeito com o Mercosul. Os

dois países já ensaiaram, nos últimos meses, parcerias alternativas, entre elas com os Estados Unidos.

- **28 – Abril - 2006 – O Globo**

Oposição venezuelana busca nome de consenso para enfrentar Chavez nas urnas.

Em pouco mais de sete meses, a Venezuela irá entrar em um novo processo eleitoral. Chavez continua sendo candidato, mas a oposição busca nomes para enfrentá-lo nas urnas. Existem três pré-candidatos: o economista, jornalista, ex-guerrilheiro e fundador do Movimento ao Socialismo (MAS), Teodoro Petkoff; o deputado Julio Borges, do Partido Primeiro Justiça; e o governador do estado de Zulia, Manuel Rosales.

Ainda existem divergências na oposição sobre os candidatos, e alguns acreditam que o boicote eleitoral é a única maneira de impedir que uma vitória de Chavez tenha legitimidade democrática. Pesquisas realizadas por empresas de consultoria locais mostraram que nenhum dos possíveis rivais de Chavez supera 15% das intenções de voto. Chavez aparece com 39% das intenções, enquanto 40% dos entrevistados ainda se declaram indecisos.

- **28 – Abril - 2006 – O Globo**

Uribe cai nas pesquisas e pode disputar segundo turno.

Uma pesquisa realizada ontem mostrou que o presidente Álvaro Uribe caiu 8,4 pontos no último mês, o que poderia levar a eleição do dia 28 de maio para o segundo turno. Analistas políticos acreditam que a queda de Uribe é resultado de recentes escândalos que sujaram a imagem de seu governo, além da decisão de não participar de debates. Dois candidatos estão disputando uma vaga no segundo turno das eleições: Horacio Serpa, do Partido Liberal Colombiano, e Carlos Gaviria, do Pólo Democrático Alternativo.

- **30 – Abril – 2006 – O Globo**

Petrobrás vira objeto de xenofobia na Bolívia

As promessas de campanha de Evo Morales de nacionalizar o gás, prestes a virar um decreto governamental, vem assustando a Petrobrás. A estatal brasileira é alvo de acusações, principalmente nas regiões indígenas, de ser usurpadora das riquezas de um país historicamente assolado pela miséria. Com mais de 1 bilhão de dólares investido na exploração, no transporte e no refino do gás e petróleo na Bolívia, a Petrobrás é o principal ator na economia do país.

O povo e os sindicatos boliviano são ferozes defensores da nacionalização do gás boliviano, acreditando que isso será uma forma de romper com um ciclo histórico de exploração de recursos naturais. Além de nacionalizar a produção de gás, Morales também não esconde a intenção de estatizar as duas refinarias do país, operadas pela estatal brasileira.

O governo brasileiro não tem esperanças de uma solução a curto prazo para resolver o impasse envolvendo a Petrobras e Evo Morales. A estimativa do governo é que um acordo seja alcançado dentre dois meses. A Petrobrás já avisou que não pretende ser apenas uma mera prestadora de serviços e que, em caso de expropriação de seus ativos, exigirá indenização na justiça boliviana.

- **2 – Maio – 2006 – O Globo**

Morales decreta nacionalização de recursos naturais e estatiza subsidiária da Petrobrás

O presidente da Bolívia, Evo Morales, determinou ontem a nacionalização de todas as etapas da exploração e comercialização de gás e petróleo no país. Tropas do exército ocuparam 53 campos de produção, refinarias e dutos, incluindo duas unidades da Petrobrás. Surpreendido com a notícia o governo convocou para hoje uma reunião de emergência do presidente Lula com seus auxiliares. Segundo o decreto de Morales, as empresas privadas serão obrigadas a vender ações para a estatal YPFB, para que o Estado fique com o controle das companhias. A medida significa a reestatização do setor, que fora privatizado na década de 50. A empresa também foi particularmente afetada pela imposição do governo de que os dois maiores poços de gás do país terão que entregar ao Estado 82% de seu valor

da produção. As empresas ficarão apenas com 18%. As multinacionais terão 180 dias para se adequar ou deixar a Bolívia.

A estratégia do governo brasileiro será fazer valer os direitos da Petrobrás via arbitragem Internacional, sob alegação de rompimento unilateral de contrato. O decreto boliviano afeta cerca de 20 multinacionais, entre elas a Repsol, YPF, a British Petroleum e a Total.

- **3 – Maio – 2006 – O Globo**

Lula reabre canal de negociação com Morales para fixar preço do gás boliviano.

O primeiro passo dado pelo presidente Lula para negociar com Evo Morales a estatização do gás boliviano foi o acerto de que fixação de preços do gás comprado pelo Brasil será negociada entre os dois países, parceiros em um gasoduto. O segundo será dado amanhã, em um encontro que será realizado em Foz do Iguaçu com a participação do presidente da Argentina e da Venezuela. O tema será a segurança energética na América do Sul. A Bolívia será convidada a integrar o projeto do gasoduto sul-americano.

Lula afirmou reconhecer o direito soberano do presidente da Bolívia de defender suas riquezas naturais e informou que a Petrobrás pretende continuar no país. Mas avisou que a estatal irá recorrer a todos os fóruns jurídicos possíveis para evitar perdas causadas por mudanças contratuais. O presidente recebeu de Morales a garantia de que não haverá suspensão do fornecimento de gás para o Brasil. Além disso, foi assegurado que a Petrobrás irá receber pelas ações a serem transferidas à petrolífera estatal YPFB.

- **4 – Maio – 2006 – O Globo**

Petrobrás recusa reajuste de preço de gás da Bolívia e suspende investimentos.

O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, anunciou que a estatal brasileira não vai aceitar o aumento de preços do gás natural importado da Bolívia. Além disso, foram suspensos todos os planos de investimentos na Bolívia, incluindo o aumento das importações de gás do país. Atualmente, o Brasil compra dos bolivianos cerca de 50% do gás natural que consome. Em substituição ao aumento das importações, a Petrobrás vai desenvolver um projeto para importar gás natural líquido. O único trunfo que o Brasil possui nas negociações é responder pela compra de 70% do gás Boliviano. O corte das

compras quebraria a Bolívia e poucas semanas, mas a possibilidade não está cogitada porque levaria ao racionamento de gás em ano eleitoral.

- **05 – Maio – 2006 – O Globo**

Reunião entre Brasil, Bolívia, Argentina e Venezuela

A Petrobrás saiu enfraquecida da reunião que reuniu Hugo Chaves, Nestor Kirchner, Evo Morales e o presidente Lula. O presidente do Brasil admitiu que negociará com os Bolivianos um reajuste dos preços, disse que se houver garantia de retorno de lucro a Petrobrás continuará na Bolívia e afirmou que, para atenuar a precária situação econômica do país vizinho, têm de ser feitos investimentos dos governos regionais. Os quatro líderes respaldaram em nota conjunta a nacionalização das reservas de gás boliviano – uma decisão unilateral – mas afirmaram que um reajuste de preço será negociado de forma racional e democrática, entre Bolívia e comprador. Numa indicação de que pode barganhar para evitar um reajuste excessivo do gás consumido no Brasil, o que aumentaria os custos do setor produtivo, Lula afirmou que o Brasil terá projetos conjuntos com a Bolívia.

- **06 – Maio – 2006 – O Globo**

Bolivianos amenizam tom de discurso

O vice presidente da Bolívia, Álvaro Garcia Linera, afirmou que o governo respeita as empresas de petróleo que atuam no país e pretende oferecer regras estáveis e duradouras para elas continuarem suas operações. O ministro dos hidrocarbonetos, Andrés Soliz Rada, ressaltou que quer uma negociação com a Petrobrás. O vice presidente afirmou que espera negociar, nos próximos 180 dias, novos contratos com as petroleiras que sejam vantajosos para ambos os lados

- **10 – Maio – 2006 – O Globo**

Celso Amorim afirma que Brasil nunca usará a política do Big Stick e critica uso do exército pelo governo de Evo Morales.

O ministro das Relações exteriores, Celso Amorim, afirmou ontem que a decisão do governo Evo Morales de nacionalizar as atividades da Petrobrás na Bolívia foi uma atitude de adolescente. Ainda assim defendeu uma solução negociada para a crise com o país

vizinho, que considerou instável. Defendeu o uso da política de boa vizinhança, lembrando que a Bolívia é um parceiro estratégico, sendo a nossa maior fronteira terrestre.

O chanceler afirmou ontem que a crise com a Bolívia casou desconforto entre o Brasil e o presidente venezuelano, Hugo Chávez. Segundo Amorim, Lula disse a Chavez que o gasoduto sul-americano e as demais iniciativas de integração do continente podem ficar em risco se ele intervier de forma direta nas relações binacionais da região. Os brasileiros desconfiam que Chavez foi o mentor e o fiador das atitudes bolivianas, buscando posição de liderança na América do Sul.

- **12 – Maio – 2006 – O Globo**

Presidente da Bolívia reclama da compra do Acre e acusa Petrobrás de atividades ilegais.

Evo Morales fez duros ataques ao Brasil e reacendeu uma polêmica sobre o território do Acre. Na cúpula União Européia, América Latina e caribe, Morales disse que o Acre foi trocado por um cavalo e fez pesadas críticas a Petrobrás, dizendo que a empresa mantém atividades ilegais na Bolívia. Ele acusou as empresas petrolíferas de contrabando e afirmou que não pagara indenizações pelas expropriações que foram feitas.

Morales afirmou que, embora tenha conversado com Lula sobre a cooperação entre os dois países, não houve ainda ação concreta da parte do Brasil para ajudar a Bolívia.

- **16 – Maio – 2006 – O Globo**

Bolívia ameaça fundos de pensão.

O governo boliviano ameaçou ontem intervir em dois fundos de pensão privados, administrados por grupos financeiros da Suíça e da Espanha, caso não transfiram para a estatal YPFB as ações que detêm das três petrolíferas. O vice presidente espanhol afirmou que os fundos de pensão tem três dias para fazer a transferência, sem custos, tal como estabeleceu a nacionalização de hidrocarbonetos decretada no início do mês.

- **24 – Maio – 2006 – O Globo**

Petrobrás volta a negociar gás da Bolívia sem tocar em política.

Tentando se manter afastado das questões políticas, a Petrobrás e a estatal boliviana voltam amanhã a mesa de negociações para discutir o fornecimento de gás para o Brasil. O presidente da Petrobrás voltou a dizer que usará todos os meios legais para proteger os interesses legais comerciais da Petrobrás, mas garantiu que não existe contradição entre a posição da companhia e a do governo na negociação com a Bolívia.

- **24– Maio– 2006 – O Globo**

Brasil dá ultimato a Uruguai para evitar acordo.

O governo brasileiro deu um aviso ao governo uruguaio que qualquer acordo comercial em separado que atinja a Tarifa Externa Comum do Mercosul – aplicada no intecambio com terceiros mercados – deixa o país automaticamente fora do bloco. A vice chanceler uruguaia defendeu que seu país quer apenas dar alguma preferências aos Estados Unidos, sem ferir a união aduaneira. Como o Paraguai, o Uruguai está insatisfeito com o Mercosul. O presidente Uruguaio, Tabaré Vasquez, ameaça não participar da próxima cúpula de presidentes do bloco que ocorrerá em julho em Córdoba, na Argentina.

- **27– Maio– 2006 – Folha de São Paulo**

Venezuela e Bolívia anunciam criação de empresa Petrolífera

As petroleiras estatais Petróleos de Venezuela (PDVSA) e Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) assinaram nesta sexta-feira (26/5) um acordo para a criação de uma empresa mista. A Petroandina exigirá um investimento de US\$ 1,5 bilhão. O anúncio foi feito em uma cerimônia realizada no palácio Quemado, em La Paz.

De acordo com seu documento de constituição, a Petroandina será uma empresa anônima mista dedicada ao comércio e fornecimento de hidrocarbonetos.

A assinatura do acordo foi presenciada pelos presidentes de Venezuela, Hugo Chávez, e Bolívia, Evo Morales, e pelo vice-presidente de Cuba, Carlos Lage.

Os três países formam a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas), bloco proposto por Chávez como alternativa à Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

- **02 – Junho – 2006 – Clarín**

Deslize de Tony Blair enfurece Brasil

As relações entre a Grã Bretanha e o Brasil estremeceram quando o primeiro ministro Tony Blair excluiu o Brasil de seu discurso sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Blair destacou a ausência de Alemanha, Japão e Índia mas ao destacar a ausência de representação da América Latina não citou o Brasil. Os brasileiros exigiram explicações britânicas. Segundo fontes britânicas, a enumeração de Blair não muda a decisão de apoiar a candidatura brasileira.

- **06 – Junho – 2006 – The Washigton Post**

Vitória de Garcia no Peru será uma perda para Chávez

As ameaças do presidente Hugo Chavez de cortar relações com o Peru caso Alan Garcia seja eleito fez com que mais eleitores votassem a favor de Garcia. O candidato declarou que o verdadeiro perdedor da eleição foi Hugo Chavez, tentando por um fim às intervenções do presidente venezuelano nos assuntos latino americanos.

Ao escolher Garcia ao invés de Humala, os eleitores peruanos optaram por preservar as políticas de livre mercado que líderes como Lula e Michelle Bachelet do Chile escolheram como forma de promover crescimento econômico e maiores gastos com questões sociais.

A campanha de Humala era baseada em uma revolução social e contra uma inerente exploração norte americana, posição compartilhada pelos presidentes Hugo Chavez e Evo Morales.

- **07 – Junho – 2006 – Clarín**

Evo Morales Reparte terras e Santa Cruz resiste

Três dias depois de repartir 2,5 milhões de hectares de terras fiscais em Santa Cruz entre comunidades nativas, o governo da Bolívia anunciou que irá entregar em agosto 2,2 milhões de hectares de terras fiscais aos indígenas e campesinos pobres, na chamada segunda etapa da revolução agrária.

Esta política está causando antipatia entre os empresários agropecuários e os latifundiários de Santa Cruz. Os empresários saíram às ruas e lançaram um plano local de recuperação das terras, desafiando a iniciativa do governo. O embate entre poder local central se inicia a menos de um mês da assembleia constituinte e do referendo sobre as autonomias regionais.

- **16 - Junho – 2006 – Folha de São Paulo**

Brasil terá até 55 milhões vivendo em favelas até 2020, diz ONU.

Um relatório das Nações Unidas sobre os centros urbanos no mundo, divulgado nesta sexta-feira em Londres, diz que o número de moradores nas favelas brasileiras deve subir para 55 milhões em 2020 --o que seria equivalente a 25% da população do país, de acordo com projeções demográficas feitas pelo IBGE.

Apesar do número alto, o documento frisa que a taxa de crescimento das favelas no Brasil, em 0,34% ao ano, está praticamente estabilizada.

Os dados das Nações Unidas mostram que 52,3 milhões de pessoas viviam em favelas brasileiras em 2005, 28% da população do país.

Isso significa que apesar do aumento absoluto no número de habitantes nas favelas nos próximos anos, eles representariam um percentual cada vez menor da população total do país.

O relatório elogia diversos programas sociais brasileiros, mas alerta que a vida de quem vive nas favelas continua piorando e que os velhos preconceitos não mudaram.

O documento O Estado das Cidades do Mundo 2006-2007, elaborado pelo programa Habitat, mostra como as condições de moradia afetam quem vive nas favelas: eles passam mais fome, têm menos educação, menos chances de conseguir emprego no setor formal e sofrem mais com doenças que o resto da população das cidades.

Ainda assim, o Brasil foi citado como exemplo em políticas de urbanização, saneamento básico e orçamento participativo.

- **19 - Junho – 2006 – Clarín**

Evo Morales anuncia sua intenção de exportar folha de coca à Argentina.

O presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou novas condições para a comercialização da coca em seu país e avançou o seu plano de industrialização dessa folha tradicional na cultura andina. Afirmou a sua intenção de exportar para a Argentina, uma possibilidade que irá tratar com o presidente Nestor Kirchner no encontro que se realizará na semana que vem..

Morales inaugurou no sábado, na zona cocalera de Los Yungas, na cidade de La Paz, a primeira planta para industrializar a coca, dando um passo a frente de seu objetivo de retirar a coca das substâncias proibidas pela ONU. A planta de industrialização, localizada em Irupana (uns 150 quilômetros ao leste de La Paz) funcionará graças a um financiamento de 125.000 dólares do governo venezuelano, e produzirá chá de coca, marcando o Tratado de Comercio de los Pueblos (TCP), firmado por Cuba, Bolívia e Venezuela em abril.

A Bolívia é o terceiro produtor mundial de Coca, atrás de Colômbia e Peru. Segundo estudos, no país existem 27.700 hectares desse cultivo, mas a lei antidroga boliviana indica que não devem superar os 12.000 hectares da zona de Los Yungas, destinadas a usos medicinais e rituais. O resto é considerado ilegal. Segundo o novo regulamento a coca apreendida não será mais queimada e sim remetida para a industrialização.

- **20 – Junho – 2006 – The Guardian**

Campanha Americana para evitar que Venezuela entre no Conselho de Segurança das ONU

Os EUA lançaram uma campanha diplomática para bloquear a oferta da Venezuela para tornar-se membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas afirmando preocupação com o governo de Hugo Chávez que usaria seu assento para tentar bloquear medidas punitivas contra o Irã.

Washington apoiou o esforço da rival Guatemala para ocupar os dois anos das cadeiras rotativas do conselho no ano que vem publicamente, e segundo notícias ameaçou ação retaliativa contra países latino americanos que apoiam a oferta venezuelana.

De acordo com o Los Angeles Times, o Chile é um dos países debaixo da pressão. Washington concordou em vender os aviões de guerra de F-16, mas advertiu que os pilotos chilenos não seriam treinados para voar se o governo apoiasse a Venezuela.

A embaixada chilena em Washington não comentou sobre o relatório de ontem, mas porta-voz do Estado, Amanda Rogers-Harper, disse que a história era falsa. Amanda afirmou ainda que não será nenhuma surpresa para os países a crença chilena de que a Venezuela não contribuiria positivamente para a organização e que ainda cabe a cada país em quem votar. A Sra. Rogers-Harper disse que as contribuições da Guatemala para a ONU, por exemplo enviando os "peacekeepers" à República Democrática de Congo, demonstraram a viabilidade deste país tornar-se membro do conselho.

A ofensiva diplomática que os EUA estão travando tem como objetivo privar a Venezuela de um voto e uma plataforma até a administração Bush conseguir resolver o imbróglio do programa nuclear Iraniano. Chávez expressou apoio ao Irã e anunciou a intenção de visitar Teerã. Se os países latino americanos nomearem a Venezuela para ocupar o assento da região no Conselho, atualmente ocupado pela Argentina, Chávez não adquiriria um veto da ONU, mas a oposição dele às sanções contra o Irã poderia resultar na perda de apoio dos países pequenos.

No Brasil, o assistente presidencial para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, disse semana passada que seria natural para o país, que possui boas relações com a Venezuela, apoiar o presidente Chávez. O líder venezuelano mostrou determinação para continuar com sua oferta, declarando nos canais de televisão: A "Venezuela é uma candidata e não se retirará."

- **20- Junho- 2006 – BBC**

- **Consumo de Coca na Colômbia aumenta.**

A produção de coca na Colômbia registrou um crescimento de 8% em 2005, o primeiro aumento em cinco anos, segundo a Agência de Drogas e Crime da ONU. A produção de coca, a matéria prima para a fabricação da cocaína, chegou a 86 mil hectares em 2005, segundo a ONU.

Apesar do aumento, este número representa metade do cultivo registrado na Colômbia em 2000, quando chegou a 163 mil hectares.

Anja Korenblik, uma das autoras do relatório, afirmou que a Colômbia precisa de mais ajuda internacional para encontrar alternativas para o sustento de ex-agricultores plantadores de coca.

Desde 2000 os Estados Unidos gastou mais de US\$ 4 bilhões na luta contra o tráfico de drogas na Colômbia. Entre as estratégias está a pulverização de herbicidas para exterminar as lavouras e também medidas de segurança. Mas apesar destes esforços a área cultivada com coca na Colômbia aumentou em 6 mil hectares entre 2004 e 2005, segundo a ONU.

- **22- Junho- 2006 – O Globo**

Petrobrás para de distribuir combustível na Bolívia.

Quase dois meses depois de Evo Morales ter anunciado a nacionalização dos reservas de gás e petróleo, a Petrobrás começa a sair do país. A estatal brasileira anunciou ontem que vai abandonar a distribuição de combustível na Bolívia a partir do próximo dia 1º de julho. A YPFB deverá assumir essas operações.

- **29 – Junho – 2006 – NY Times**

Congresso Peruano aprova acordo de livre comércio com os EUA.

Em menos de seis horas o Congresso Peruano ratificou o tratado de livre comércio com os Estados Unidos, obtendo 79 votos a favor, 14 contra e 7 abstenções.

À noite foi realizada uma mobilização dos membros da Confederação Nacional Agrária, da Convenção Nacional de Agricultores, da Confederação Geral de Trabalhadores, entre outras organizações populares que se opõe à ratificação do tratado.

O voto em bloco dos parlamentares do Partido Aprista Peruano contribuiu para o triunfo sobre os representantes que se opunham à aprovação do acordo comercial. As bancadas minoritárias, como a União Parlamentarista Descentralista, que rechaça o tratado porque afetar 52% da população peruana que vive na pobreza, só teve dois minutos para intervir.

Os chefes das bancadas que fazem a maioria do congresso, Peru possível, APRA e Unidade Nacional, aprovaram compensações de US\$160 milhões para que os agricultores

de milho, trigo e algodão possam enfrentar eventuais conseqüências do Tratado de Livre Comercio.

Em La Paz, o chanceler boliviano David Choquehuanca criticou o Peru pela ratificação do acordo. Em Washington, o republicano Dan Burton disse que Equador e Bolívia, que não firmaram tratados com EUA, podiam ser castigados.

- **29 – Junho – 2006 – NY Times**

Morte de presidente colombiano em julgamento.

Um dos capítulos mais sangrentos na recente história da Colômbia está sendo revisitado em uma sala de tribunal de Bogotá: Um antigo ministro de justiça está sendo julgado por planejar habilmente o assassinato do candidato à presidência Luis Carlos Galan.

Alberto Santofimio Botero é acusado de enviar uma esquadra que pertence ao "chefe do tráfico" Pablo Escobar para matar Galan durante a campanha presidencial de 1990 com o objetivo de impulsionar a sua própria candidatura e prevenir a extradição de Escobar para os Estados Unidos.

A tentativa que começou terça-feira foi chamada o " mais transcendente em décadas " pelo diário de Bogotá El Tiempo. Envolve o testemunho de alguns dos políticos mais proeminentes do país, incluindo três presidentes anteriores.

- **03 – Julho – 2006 – Washigton Post**

Bolivianos elegem Assembléia para revisar Constituição.

Os bolivianos votaram no domingo a realização de uma assembléia nacional para revisar a Constituição do país, primeiro passo para as reformas que o presidente Evo Morales pretende fazer na Bolívia, tentando aumentar o poder da maioria indígena. O Resultado das votações deu aos aliados de Morales 132 cadeiras das 255 disponíveis, não conseguindo dominar a assembléia. Nas eleições para maior autonomia das regiões, 4 estados bolivianos votaram para maior autonomia política e econômica.

O voto de domingo era um teste crucial para Morales, um índio de Aymara eleito em dezembro que prometeu arrancar o controle político da nação mais pobre da América do Sul de uma classe política corrupta e distribuir a riqueza da nação mais uniformemente. Ele começou a nacionalizar a indústria de gás natural de Bolívia no dia 1 de maio. Morales tinham esperado usar a assembléia constituinte para aprovar a lei de desapropriação de terras improdutivas e fortalecer sistemas tradicionais de justiça indígena em um país com um sistema legal notoriamente corrupto.

- **04 – Julho – 2006 – Clarín**

Bolívia organiza assembléia constituinte para discutir reformas

Governo e oposição mostraram-se abertos ao diálogo durante a Assembléia Constituinte para discutir reformas que segundo o presidente Evo Morales irá provocar enormes mudanças no país mais pobre da América do Sul.

Foi considerada uma vitória que o “Não” às autonomias departamentais tenha ganhado por 55% dos votos, ainda que o Sim tenha sido expressivo em 4 das 9 regiões do país. O Movimento ao Socialismo (MAS) ganhou 135 cadeiras das 255 da Assembléia, longe dos 3 terços necessários para aprovar qualquer proposta. Assim, a reação em La Paz não foi de euforia, uma vez que o governo terá que tecer alianças com outros partidos para conseguir aprovar as suas propostas.

- **05 - Julho - 2006 – Clarín**

Kirchner e Chavez lançam um bônus conjunto e reforçam a sua sociedade .

Os presidentes de Argentina e Venezuela anunciaram a criação de um bônus binacional para obter financiamento externo. O anuncio foi feito em uma reunião bilateral na Venezuela. Esse convênio entre os dois países foi mais uma demonstração da vontade de incorporação da Venezuela como membro pleno do Mercosul.

Ainda não foram decididas as quantias e nem o grau de participação de cada país na colocação do bonus. O que os presidentes afirmaram foi um acordo de orientação de suas equipes econômicas para que essas questões sejam resolvidas em um prazo máximo de 90 dias.

Argentina e Venezuela buscaram demonstrar que estavam buscando uma política conjunta para explorar o setor financeiro regional, Chávez indicou ainda que esse seria o primeiro passo para um Banco do Sul, um sistema financeiro compartilhado que possibilite a criação de cadeias de financiamento, afirmando que a idéia é ampliar a cooperação do nível bilateral para o regional, estendendo a todos os membros do Mercosul.

O presidente Kirchner afirmou que a reunião também serviu para aprofundar a aliança estratégica com a Venezuela, que inclui integração e negócios nas questões energéticas e uma tentativa de melhorar as relações comerciais.

- **06 – Julho – 2006 – BBC**

Nova pesquisa coloca Obrador na Frente

Na noite desta quarta-feira, com 88,60% das atas computadas, López Obrador está na frente com um total de 36,31% dos votos, e Felipe Calderón, com 34,97%, de acordo com o Instituto Federal Eleitoral (IFE).

O novo processo de apuração dos votos foi iniciado nesta quarta-feira. O Programa de Resultados Eleitorais Preliminares (Prep) que havia determinado a vantagem de Felipe Calderón por 0,6% dos votos, foi considerado impreciso e apresentou irregularidades na contagem. Representantes do Partido da Revolução Democrática (PRD), de López Obrador, se mantêm cautelosos. Eles dizem que não há nada para se “comemorar” e decidiram esperar até a contagem final para avaliar o resultado. No início da apuração, o PRD afirmou que só aceitaria os resultados apresentados pelo IFE se o órgão contasse “voto por voto”. As atas que estão sendo computadas trazem o total de votos de cada centro de votação.

Alegações de irregularidades vinham alimentando um clima de desconfiança em relação ao processo eleitoral na tarde de terça-feira, com notícias do encontro de atas de votação e outros materiais eleitorais em um depósito de lixo no Distrito Federal, na Cidade

do México. De acordo com o jornal mexicano El Universal, a maioria dos votos era destinada a López Obrador.

Em meio à computação das atas eleitorais que determinará o nome do futuro presidente da República, a movimentação política se intensifica. Felipe Calderón, que se autoproclama o presidente eleito, indicou que está disposto a incluir seu rival, López Obrador, em sua equipe, “em nome de um governo de unidade e conciliação”. O candidato preferido dos mercados internacionais mudou o discurso e afirmou que coincide com López Obrador na “orientação geral de lutar contra a pobreza”.

- **14 – Julho – 2006 – Folha de São Paulo**

Argentina ameaça apelar em Haia contra o Uruguai

O governo argentino admitiu que pode apelar novamente à Corte Internacional de Haia para reverter uma decisão sobre a construção de duas fábricas de celulose na fronteira com o Uruguai.

O governo argentino negou que a decisão do Tribunal Internacional de Haia favoreça o Uruguai e prejudique sua intenção de tentar evitar as construções das fábricas às margens do rio Uruguai, que divide os dois países.

Num comunicado oficial divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores nesta quinta-feira, o governo argentino destaca que a Corte Internacional de Haia garante que as fábricas poderão ser "desmontadas" se for comprovado que elas causam "dano ambiental irreparável".

Para o Tribunal, ainda segundo o comunicado oficial, as obras não geram poluição. Apesar disso, o Uruguai assumirá "o conjunto dos riscos", ao permitir que as construções sejam concluídas e, mais tarde, se for o caso, "desmontadas".

- **17 – Julho – 2006 – Folha de São Paulo**

Presidente Putin afirma que se houver consenso apoiará entrada do Brasil no

G-8

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, disse que apoiaria a possível entrada do Brasil, da China e da Índia no G8, no grupo das nações mais ricas do mundo, se os demais países do grupo quiserem assim.

A declaração foi feita durante uma entrevista coletiva que marcou o início oficial dos trabalhos da cúpula anual do G8, que neste ano acontece na Rússia pela primeira vez, na cidade de São Petersburgo. “É difícil imaginar resolver efetivamente problemas econômicos, financeiros e energéticos sem economias que estão se desenvolvendo tão rápido como as de China ou Índia. E é certamente verdade que o líder do desenvolvimento, o mais poderoso e promissor país do continente americano, é o Brasil”, afirmou.

Putin sugeriu, porém, que isso não deve ocorrer de imediato e que uma discussão nesse sentido no curto prazo seria “inapropriada”.

- **18 – Julho – 2006 – BBC**

Venezuela ingressa na liga árabe como observador

A Venezuela ingressou nesta segunda-feira como membro-observador da Liga Árabe. O anúncio foi feito na segunda, véspera de uma reunião em Caracas entre diplomatas latino-americanos e representantes árabes. Segundo o governo venezuelano, o acordo formal que marcará a adesão da Venezuela será firmado em setembro.

O secretário-geral da Liga Árabe, Amro Musa, irá à Venezuela. Na ocasião, a entrada do país como observador no bloco será oficializada. O sub-secretário da Liga Árabe, Ahmed Benhelli, disse acreditar que as nações árabes apoiariam a candidatura da Venezuela como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU. De acordo com Benhelli, os países árabes e a Venezuela buscam defender posições comuns junto à ONU e obter um novo esquema de paz que permita resolver todos os problemas da região.

O representante do bloco árabe saudou a posição venezuelana, que, segundo ele, tem "rejeitado as agressões de Israel contra os povos da Palestina e do Líbano, uma posição que tem sido feita pelo presidente Hugo Chávez e o ministro das Relações Exteriores venezuelano".

- **22 – Julho – 2006 – BBC**

Presidente Hugo Chavez compra 60 aeronaves militares russas

A Venezuela comprará 30 caças russos Sukhoi para substituir seus atuais F-16 de fabricação americana, confirmou o governo da Rússia. A negociação, que superará o volume de US\$ 1 bilhão, incluirá ainda 30 helicópteros de combate, afirmou o ministro da Defesa russo, Sergei Ivanov.

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, já havia sugerido que a Rússia seria seu fornecedor bélico predileto, depois que os Estados Unidos proibiram a venda de armas para a Venezuela, alegando temer os contatos de Chávez com os governos do Irã e de Cuba. Washington se negara a vender as peças de manutenção para as aeronaves F-16 vendidas à Venezuela há mais de 20 anos.

A negociação entre Caracas e Moscou é divulgada às vésperas da viagem que o presidente Chávez fará à Rússia e à Bielo-Rússia a partir deste sábado. Na terça-feira, o mandatário venezuelano formalizará a operação em um encontro com o presidente russo, Vladimir Putin. Observadores vêm interpretando a mais recente viagem do presidente Chávez como mais uma afirmação anti-americana. O governo de Chávez já afirmou diversas vezes que podia ser alvo de um eventual ataque americano. Washington refuta as alegações.

- **23 – Julho – 2006 – Folha de São Paulo**

Em Belarus, Hugo Chávez diz sentir-se "entre irmãos e amigos"

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, prestou uma homenagem neste domingo em Minsk (capital da Belarus, antiga Bielo-Rússia) ao regime do presidente Alexander Lukashenko, contestado na Europa e nos Estados Unidos por seus métodos supostamente autoritários.

“Aqui, nós nos sentimos entre nossos irmãos e amigos”, declarou Chávez ao desembarcar no aeroporto de Minsk. “Vemos aqui um modelo de Estado social, como estamos começando a criar na Venezuela”, acrescentou o presidente. “Temos de defender os interesses do ser humano, não os interesses demoníacos dos capitalistas, onde quer que eles estejam. Temos de acabar com a exploração do homem pelo homem”, prosseguiu Chávez.

A Belarus manteve uma economia bastante dirigida e coletivista. Lukashenko, que os Estados Unidos qualificam de "o último ditador da Europa", concentra todos os poderes e não dá voz à oposição.

Chávez deve se encontrar com o presidente bielo-russo na segunda-feira. Ele também visitará a academia militar bielo-russa e uma unidade das forças do Ministério do Interior.

Trata-se da primeira visita de um chefe de Estado venezuelano a esse país. "Vim aqui para selar um pacto de unidade e cobrir a primeira pedra das nossas futuras relações", declarou Chávez.

O presidente da Venezuela disse querer reforçar a cooperação entre os dois países nos setores da energia, da petroquímica, da construção de máquinas, da educação e das ciências. No total, sete acordos devem ser assinados.

Chávez inicia na Belarus uma viagem que também o levará à Rússia, ao Irã e ao Vietnã. Ele deve chegar na terça-feira a Moscou, onde assinará um contrato para a compra de 30 caças Sujoí e 30 helicópteros russos.

- **27 – Julho – 2006 – The Economist**

Os efeitos perversos da Expansão do Mercosul. Inclusão da Venezuela pode levar à Polarização

Segundo a editoria da Economist, os acordos realizados entre os líderes do mercosul estão localizados muito mais na retórica de integração econômica do que em passos para alcançá-la. O encontro realizado em Córdoba em meados de julho não tem nada para celebrar. O presidente venezuelano Hugo Chavez selou a participação no bloco e Cuba firmou um modesto acordo comercial. A inclusão da Venezuela expande o PIB e o número de pessoas no Mercosul, mas afasta o bloco do sonho de se tornar uma União Européia. A reunião buscou tapar as insatisfações que Paraguai e Uruguai estavam em relação ao bloco, injetando \$100m de petrodollares venezuelanos em um fundo para esses países. Entretanto, isso não consegue compensar os interesses e objetivos dispares dos membros do Mercosul, que muitas vezes ganham antipatia internacional, como é o caso da Venezuela. Argentina e Brasil convidaram a Bolívia para entrar no bloco. Esse país que é comandado pelo nacionalista Evo Morales irá reforçar o coro anti-americanista de Hugo Chavez e pode levar o Mercosul a se tornar um bloco político anti imperialista.

